

MEMORIA DA FUNDAÇÃO DE IGUASSÚ

COMMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENARIO DA FUNDAÇÃO
DA VILLA EM 15 DE JANEIRO DE 1833

Escrepta por José Mattoso Maia
Forte, membro do Instituto Histori-
co e Geographico Brasileiro, da So-
ciedade de Geographia do Rio de
Janeiro, da Academia Fluminense de
Letras e da Associação Brasileira
de Imprensa, por incumbencia do
Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negrei-
ros, Prefeito do Municipio.



RIO DE JANEIRO
Typ. do JORNAL DO COMMERCIO
Rodrigues & C.

1933

MEMORIA
DA
FUNDAÇÃO
DE
IGUASSÚ

COMMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENARIO DA FUNDAÇÃO
DA VILLA EM 15 DE JANEIRO DE 1833

Escrepta por José Mattoso Maia
Forte, membro do Instituto Histórico
e Geographico Brasileiro, da So-
ciedade de Geographia do Rio de
Janeiro, da Academia Fluminense de
Lettras e da Associação Brasileira
de Imprensa, por incumbencia do
Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negrei-
ros, Prefeito do Município.

RIO DE JANEIRO
Typ. do JORNAL DO COMMERCIO
Rodrigues & C.

1933

.. Ao Luiz de Azerêdo
filho desta encantadora
Iguaçu, que ama e transmite
este amor, oferece, com
admiração.

Ruy Sbrani Peres.
São João de 1958, em Nova Iguaçu.

MEMORIA
DA
FUNDAÇÃO
DE
IGUASSÚ

COMMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENARIO DA FUNDAÇÃO
DA VILLA EM 15 DE JANEIRO DE 1833

Escrepta por José Mattoso Maia
Forte, membro do Instituto Histori-
co e Geographico Brasileiro, da So-
ciedade de Geographia do Rio de
Janeiro, da Academia Fluminense de
Lettras e da Associação Brasileira
de Imprensa, por incumbencia do
Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negrei-
ros, Prefeito do Município.



RIO DE JANEIRO
Typ. do JORNAL DO COMMERCIO
Rodrigues & C.

1933

A'

Academia Fluminense de Lettras

Aos

Meus Amigos Iguassuanos

HOMENAGEM DO AUCTOR

FORMAÇÃO CIVIL E JUDICIARIA

O territorio que hoje constitue o municipio de Iguassú fez parte da capitania de Martim Affonso de Souza quando a corôa de Portugal resolveu colonizar a terra de Santa Cruz. Preferindo o donatario estabelecer a séde da sua capitania mais ao sul, deixou entregue as costas e terras septentrionaes de S. Vicente ao abandono e á cubiça dos francezes, que, não só se fizeram amigos dos indigenas, como se installaram em Cabs Frio e na bahia de Guanabara, procurando realizar o projecto da creação da França Antarctica no Brasil. Mas, desalojados os francezes e seus alliados indigenas, os tamoyos, que então dominavam a bahia e o littoral; mudada a cidade de Estacio de Sá para a sua segunda séde, no morro, hoje desaparecido, que se chamou do "Castello", começou a politica colonizadora dos portuguezes, investindo-se os governadores das attribuições que lhes davam seus regimentos, de concederem terras e as havia deixadas ao abandono pelo primeiro donatario e seus successores.

Uma consulta ás mais antigas sesmarias do Rio de Janeiro, convence-nos de que o povoamento da planicie que se estende do Meriti ao Estrella ou Inhomirim e da bahia á orla das serras, foi contemporanea da época em que se principiou a povoar a cidade que Estacio fundára e que o zelo de Mem de Sá assegurára definitivamente para a corôa de Portugal, arrebatando sua posse ás aventuras dos francezes.

Legua e meia de extensão formou, inicialmente, o patrimonio territorial da cidade, cujo termo foi dilatado por mais seis leguas, devendo, assim, alcançar em suas

raias as terras marginaes dos rios que sulcam Iguassú; e, embora, o limite não fosse muito além de 45 kilometros, o certo é que a jurisdição dos governadores do Rio de Janeiro se foi desenvolvendo até as faldas das serras e ainda além destas, só cessando sua auctoridade quando já encontraram a dos governadores de Minas Geraes firmada na margem esquerda do Parahibuna.

A colonização foi, mais ou menos, simultanea nos valles dos rios que cortam toda a baixada fluminense, a partir das "barreiras vermelhas", cuja sesmaria coube a Antonio de Marins, e della desistiu para ser doada ao bravo tupiminó Ararigboia, o fundador de Niteroi, até o Meriti, correndo por todo o extenso semi-circulo da bahia.

Assim é que vemos desde 1566, nos registos que constam da cópia de monsenhor Pizarro, inserta no tomo 63 da *Revista do Instituto Historico* e nas registadas no tomo V das *Publicações do Archivo Publico Nacional*, as doações feitas no Iguassú (Aguassú, Guaguassú e outras denominações semelhantes), no Morabahi, etc.

Entre ellas se inscreveu a de Braz Cubas, que outro não deve ser senão o grande provedor da Fazenda Real, o mesmo provedor das capellas e residuos e alcaide mór das capitancias de S. Vicente e Santo Amaro, a quem a cidade de Santos elevou o monumento que perpetua a sua memoria. Deu-lhe o governador, em 1568, nada menos de 3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos, pelo rio Meriti, "correndo pela piassaba da aldêa de Jacotinga", e aquinhoou outro Cubas, Pedro, com 3.000 braças de testada por 6.000 de fundo, nas cabeceiras da sesmaria de Braz. Este, sem duvida, não tomou conta de sua doação, estabelecido, como estava, já em 1563, naquellas capitancias, e suas terras foram concedidas, em 1577, a Antonio Vaz, e depois, em 1602, a Manoel Gomes da Costa, Antonio Fernandes, Balthazar

de Andrade Araujo, Bartholomeu Duarte de Bitancourt e Manoel Ribeiro.

parenta, talvez, da irmã de Braz Cubas, filha, sobrinha ou Registe-se tambem que em 1602 apparece uma sesparenta talvez, da irmã de Braz Cubas, do mesmo nome, que com elle viera ou depois e fôra para as referidas capitancias.

A partir de 1566, os colonizadores foram-se estabelecendo pelos valles dos demais rios iguassuanos, sendo, entretanto, mais procurado o do Iguassú, em cujas margens avultaram as doações de terras, em grandes e pequenas áreas. Mas os valles do Meriti, do Sarapuhi, do Saracuruna, do Jaguaré, do Pilar e as zonas de Marapicú, Jacutinga e do rio do Ramos, que corre da "Mantiquira", muito proximo da encosta hoje percorrida, na serra da Estrella, pela estrada Rio-Petropolis, foram igualmente disputados, como tambem o do Inhomirim, já para o lado de Magé, cuja importancia se destacou nos primeiros tempos do Brasil-colonia, nesta região. Só em Magé, Christovão de Barros, o commandante da frota de tres naus que a metropole enviara em auxilio de Mem de Sá e foi depois governador da cidade do Rio de Janeiro, obteve 4.500 braças de testada ao longo do mar e 7.500 para o sertão, que não lhe bastaram, porque em 1567 pediu e obteve mais 6.000 braças de testada por 9.000 de fundos, no sertão do rio Macacú.

Proposito de colonizar effectivamente tão extensas terras, nas visinhanças da cidade ainda despovoada, para as culturas que a nascente S. Sebastião do Rio de Janeiro exigia como essenciaes á vida da sua escassa população? Cubica de grandes latifundios para, depois, serem retalhados e vendidos com excellentes lucros aos colonizadores retardatarios? Uma e outra cousa. A cidade reclamava viveres: cereaes, legumes e hortaliças, fructas, canna para o assucar e para a aguardente, assim como madeiras e o mais que, primitivamente, era indis-

pensavel para a sua segurança e para o seu desenvolvimento. E não esqueçamos que era mistér desenvolver na America Portuguesa a cultura das especiarias, que fazia a riqueza commercial das frotas que tomavam o caminho das Indias.

Mas, a par da exploração da terra — desta terra do Brasil, de quem Pero de Vaz Caminha, na sua descripção pittoresca, dizia ser “em tal maneira graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-ha nella tudo” — havia evidentemente um lucro em mira, com a venda por alguma cousa, senão por muito, do sólo que a prodigalidade dos governadores ia dando sem compensações immediatas para o erario da corôa.

Teriam sido prejudiciaes ou promissoras de beneficios para o desenvolvimento da nascente colonização estas grandes concessões de terras? Responderemos pela affirmativa da segunda hypothese, uma vez que, deste modo, se fez mais rapidamente o povoamento do sertão, além da cidade, mas dentro do seu termo, que se foi estendendo insensivelmente, a ponto de ficarem quadruplicadas as seis leguas accrescidas á primeira legua e meia.

Documento que está impresso no tomo 65 da *Revista do Instituto Historico* mostra-nos a que distancia fôra levada a jurisdicção do termo do Rio de Janeiro, em 1789: vinha de Cabo-Frio, serra de Maricá, villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, rios da Aldéa e Guaxindiba, dahi buscando o rio Magé, serra dos Orgãos, pelo Paquequer, rios Parahiba e Parahibuna e deste, pelo sertão, ao Itaguahy. Comprehendia, de norte a sul, vinte e tres leguas, calculadas do Parahibuna ao oceano; e do oriente para o occidente, de Cabo-Frio ao Itaguahy, vinte e quatro leguas.

Foi dentro destes limites que se formaram os nucleos de população, disseminados por uma vasta super-

fície e cujos agrupamentos, sob a jurisdicção das freguezias, desenvolveram o embryão do futuro municipio de Iguassú, no seculo passado.

Nas *Memorias Publicas e Economicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-rei Luiz de Vasconcellos*, reproduzidas no tomo 47 da *Revista do Instituto Historico*, encontramos, entre os annos de 1779 e 1789, mencionadas como formadoras do “corpo interior da capitania do Rio de Janeiro”, além de outras, as seguintes freguezias, partes do districto da cidade de S. Sebastião, “fôra de muros”:

N. S. de Marapicú (tambem “Maripocú”), tendo 902 habitantes livres e 919 escravos;

Santo Antonio de Jacutinga, com 1.402 habs. livres e 2.138 escravos;

S. João de Meriti, com 638 habs. livres e 978 escravos;

N. S. da Piedade de Iguassú, com 963 habs. livres e 1.219 escravos;

N. S. do Pilar, com 2.027 habs. livres e 1.868 escravos.

Eram, ao todo, 5.932 habs. livres e 7.122 escravos.

Em 1833, quando o decreto da Regencia erigiu em villa a povoação de Iguassú, comprehendeu em seu termo as quatro ultimas freguezias antes mencionadas, e da primeira sómente a parte que ficava á margem esquerda do rio Guandú e ribeirão das Lages; mas accrescentou a freguezia de N. S. da Piedade de Inhomirim, que era da jurisdicção de Magé.

A freguezia de Inhomirim, então desincorporada da villa de Magé, era de enorme extensão; mas como se creasse, ao mesmo tempo, a villa da Parahiba, a esta

foram incorporados os curatos de Sant'Anna de Cebolas e do Bom Jesus de Mattosinhos. Restaram-lhe, porém, as terras altas, hoje Petropolis, que se estendiam até os limites daquelles curatos.

A jurisdição da villa, tal como o decreto da Regencia, de 15 de Janeiro de 1833, fixara, tinha, ao norte e noroeste, as terras comprehendidas na villa, então creada, da Parahiba; e as freguezias de N. S. da Conceição do Alferes e da Sacra Familia do Tinguá (partes integrantes da villa de Vassouras, creada pelo referido decreto, que extinguiu a villa do Pati do Alferes); ao sul ficavam as freguezias de Irajá e de Campo Grande; a léste extremava-se com a bahia de Guanabara e com as freguezias de S. Nicolau de Surui e de N. S. da Guia de Pacopahiba, da villa de Magé; a oeste com a jurisdição da villa de Itaguahi.

Em 1795, monsenhor Pizarro (*Memorias Historicas do Rio de Janeiro*) assignalava muito maior numero de habitantes do que a estatistica anterior por nós mencionada:

	Fogos	Habs.
Marapicú	170	1.650
Jacutinga	350	3.500
Meriti	216	1.730
Iguassú	700	6.142
Pilar	560	4.000
	<hr/>	<hr/>
	1.996	17.022

Vê-se que a população já era de mais do dobro. Em 1821, uma estatistica inserta no tomo 33 da *Revista do Instituto Historico* regista a seguinte população:

	Fogos	Habitantes		Total
		Livres	Escravos	
Marapicú	482	1.708	2.494	4.202
Jacutinga	320	1.274	2.426	3.700
Meriti	158	696	1.568	2.264
Iguassú	455	1.914	2.253	4.167
Pilar	568	1.958	2.414	4.372
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.983	7.550	11.155	18.705

A de Inhomirim abrange, nas estatisticas, a de serra acima e, por isto, não a incluímos aqui, visto que só a parte de serra abaixo se comprehendeu dentro da área pela qual se estendia a jurisdição de Iguassú. Como dados informativos, diremos que, entre 1779 e 1789, a estatistica accusava uma população de 2.828 habs. livres e 2.179 habs. escravos. A de monsenhor Pizarro dá 480 fogos e mais de 3.800 habs. adultos. A de 1821 regista 2.828 habs. livres e 2.179 escravos, no total de 5.007 habs.

Estes numeros mostram o crescimento da população na área da villa, ou seja do municipio, podendo deduzir-se delles o augmento que teria em 1833, época da sua criação.

Competia á Camara do Rio de Janeiro prover sobre a installação da nova villa. Segundo a legislação e os usos da época cabia-lhe ter providenciado sobre as elei-

ções dos sete edis, apurando-as e proclamando os eleitos. Taes formalidades devem ter sido preenchidas, porque a Camara de Iguassú, celebrando sua primeira sessão em 27 de Junho de 1833, dava existencia á villa, da qual foram primeiros vereadores eleitos: Ignacio Antonio de Amaral, Antonio Ferreira Neves, Feiciano José de Carvalho, Francisco Martins Vianna, Domingos Francisco Ramos, Carlos José Moreira Barbosa e Bento Antonio Moreira Dias, não tendo estes dois ultimos participado ás primeiras sessões.

Não obstante estar em pleno funcionamento a Camara, a Assembléa Legislativa da Provincia, logo em sua primeira legislatura, extinguiu a villa pela sua lei n. 14, de 13 de Abril de 1835, sendo o respectivo territorio dividido entre os municipios de Vassouras e Magé, como fosse mais conveniente.

Extinção inexplicavel essa, cuja justificativa não encontramos em documentos officiaes da época, tanto mais quanto eram prosperas as lavouras do municipio e consideravel o commercio que se fazia pelo seu territorio, através dos rios e estradas que o cortavam.

O decreto legislativo foi seguido de outro, em 1836, a lei n. 40, de 7 de Maio, mandando que as freguezias de Iguassú, Marapicú, Jacutinga e Pilar ficassem, provisoriamente, fazendo parte do termo de Niteroi.

Este segundo decreto legislativo, que confirmava o primeiro, teve plena execução, como informou á Assembléa, em 18 de Outubro do mesmo anno, o grande estadista fluminense Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, então na presidencia da Provincia.

Os iguassuanos, porém, não se conformaram com o acto da Assembléa Provincial, que os privava da existencia de uma villa em seu territorio, a qual dois annos

antes estabelecera uma communidade de interesses entre toda a população espalhada pelos valles do Meriti, Sarapuhi, Iguassú e Inhomirim, e appellaram para ella afim de que revogasse sua anterior deliberação. Para agir com melhor conhecimento de causa e reparar a manifesta injustiça com que ferira os interesses dos iguassuanos, a Assembléa mandou pedir informações ao governo provincial sobre a população do municipio, numero de seus fogos, importancia de sua exportação e importação, estado de sua agricultura, commercio, etc.

As informações não puderam ser dadas até a abertura da sessão de 1836, mas Paulino de Souza, fazendo referencias ao caso, dizia ao corpo legislativo provincial:

“Não duvido assegurar-vos que a população e commercio da povoação de Iguassú lhe dão o direito de esperar da vossa justiça e imparcialidade a sua reintegração na categoria de villa”.

Sem embargo da falta de dados officiaes, a Assembléa reparou a injustiça, restabelecendo, pela lei n. 57, de 10 de Dezembro do mesmo anno, a villa de Iguassú para que “ficasse subsistindo nos mesmos precisos termos do decreto da sua criação”.

Apesar da lei n. 57 restaurar a villa de Iguassú “nos precisos termos do decreto da sua criação”, pensamos que a freguezia de Inhomirim não voltou á sua jurisdicção e isto sem explicação legal. Nenhum acto do legislativo ou da presidencia provincial modificara a lei n. 57 e, entretanto, em 1846, quando se creou a villa da Estrella, esta se formou, tambem, com a freguezia de Inhomirim, “desmembrada do municipio de Magé”.

De facto, em 1846, a lei n. 397, de 20 de Maio, elevava á categoria de villa o arraial do porto da Estrella, com a denominação de villa da Estrella, aquella

pertencente á freguezia de Inhomirim, "desmembrada de Magé", e reduzia ainda mais a extensão territorial de Iguassú, transferindo para a nova villa a freguezia de N. S. do Pilar, bem como outra de Magé, a de N. S. da Guia de Pacopahiba.

Crescendo, mais tarde, de importancia o povoado de Sant'Anna de Palmeiras, creou a Assembléa pela lei numero 813, de 6 de Outubro de 1855, essa freguezia em Iguassú, formando-a com partes de terras desmembradas das freguezias visinhas de N. S. da Conceição do Pati do Alferes e Sacra Familia do Tinguá, ambas de Vassouras, e de N. S. da Piedade de Iguassú. Os respectivos limites foram determinados pelo acto provincial de 4 de Outubro de 1856.

Para a criação da nova freguezia concorreu a influencia do barão do Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que possuia algumas propriedades ruraes tanto na parte de Iguassú como na que foi desmembrada de Vassouras. Nella se comprehenderam tambem partes de propriedades do marquez de S. João Marcos, Pedro Dias Paes Leme, até então situadas na área de Vassouras.

Inaugurado em 29 de Março de 1858 o trafego da Estrada de Ferro D. Pedro II, construiu-se uma estação no povoado de Maxambomba, em terras do antigo engenheiro de Martim Corrêa Vasques, começando, desde essa época, o desenvolvimento do arraial. Dest'arte, a séde da antiquissima freguezia de Santo Antonio de Jacutinga foi perdendo sua relativa importancia, crescendo a daquelle logarejo. Foi por isso que a Assembléa Provincial, pela lei n. 1.267, de 29 de Novembro de 1862, transferiu para aquelle povoado a séde secular da freguezia.

Nenhuma alteração occorreu, na esphera da administração civil, até 1891, época em que, pôde dizer-se, começou uma nova phase para a vida do municipio, com a transferencia da sua séde para a povoação de Maxambomba, elevada á categoria de villa pelo decreto n. 204, de 1 de Maio de 1891, e á de cidade pelo decreto n. 263, de 19 de Junho do mesmo anno. Duas "promoções" no decurso de cincoenta dias e ambas na primeira phase do regimen republicano, sendo governador do Estáo do Rio de Janeiro o Dr. Francisco Portella.

Na segunda administração constitucional do Estado — porque quando o Dr. Francisco Portella foi deposto já estava constitucionalmente investido das funções de governador — sendo presidente o saudoso republicano Dr. José Thomaz da Porciuncula, deu-se nova organização municipal ao Rio de Janeiro pelos decretos ns. 1, de 8 de Maio, e 1-A, de 3 de Junho.

Extincto o municipio da Estrella, cuja séde fôra anteriormente transferida da villa da mesma denominação para a povoação da Raiz da Serra (decreto n. 241, de 9 de Maio de 1891), voltou para a jurisdição iguassuana a freguezia (e as freguezias passaram a ser qualificadas como districtos) de N. S. do Pilar, desannexando-se uma parte do extincto e mencionado municipio da Estrella para integrar o de Iguassú.

A partilha do municipio da Estrella pelos de Iguassú e de Magé fez-se com a determinação da divisa por uma linha tirada da bocca larga do rio Inhomirim, acompanhando as divisas da freguezia do Pilar até a altura da antiga villa da Estrella, que ficou pertencendo a Magé; e dahi em direcção aos rumos dos fundos da fazenda do Fragoso e fabrica de polvora, até a serra da Estrella.

pertencente á freguezia de Inhomirim, "desmembrada de Magé", e reduzia ainda mais a extensão territorial de Iguassú, transferindo para a nova villa a freguezia de N. S. do Pilar, bem como outra de Magé, a de N. S. da Guia de Pacopahiba.

Crescendo, mais tarde, de importancia o povoado de Sant'Anna de Palmeiras, creou a Assembléa pela lei numero 813, de 6 de Outubro de 1855, essa freguezia em Iguassú, formando-a com partes de terras desmembradas das freguezias vizinhas de N. S. da Conceição do Pati do Alferes e Sacra Familia do Tinguá, ambas de Vassouras, e de N. S. da Piedade de Iguassú. Os respectivos limites foram determinados pelo acto provincial de 4 de Outubro de 1856.

Para a criação da nova freguezia concorreu a influencia do barão do Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que possuia algumas propriedades ruraes tanto na parte de Iguassú como na que foi desmembrada de Vassouras. Nella se comprehenderam tambem partes de propriedades do marquez de S. João Marcos, Pedro Dias Paes Leme, até então situadas na área de Vassouras.

Inaugurado em 29 de Março de 1858 o trafego da Estrada de Ferro D. Pedro II, construiu-se uma estação no povoado de Maxambomba, em terras do antigo engenho de Martin Corrêa Vasques, começando, desde essa época, o desenvolvimento do arraial. Dest'arte, a séde da antiquissima freguezia de Santo Antonio de Jacutinga foi perdendo sua relativa importancia, crescendo a daquelle logarejo. Foi por isso que a Assembléa Provincial, pela lei n. 1.267, de 29 de Novembro de 1862, transferiu para aquelle povoado a séde secular da freguezia.

Nenhuma alteração occorreu, na esphera da administração civil, até 1891, época em que, pôde dizer-se, começou uma nova phase para a vida do municipio, com a transferencia da sua séde para a povoação de Maxambomba, elevada á categoria de villa pelo decreto n. 204, de 1 de Maio de 1891, e á de cidade pelo decreto n. 263, de 19 de Junho do mesmo anno. Duas "promoções" no decurso de cincoenta dias e ambas na primeira phase do regimen republicano, sendo governador do Estado do Rio de Janeiro o Dr. Francisco Portella.

Na segunda administração constitucional do Estado — porque quando o Dr. Francisco Portella foi deposto já estava constitucionalmente investido das funções de governador — sendo presidente o saudoso republicano Dr. José Thomaz da Porciuncula, deu-se nova organização municipal ao Rio de Janeiro pelos decretos ns. 1, de 8 de Maio, e 1-A, de 3 de Junho.

Extincto o municipio da Estrella, cuja séde fôra anteriormente transferida da villa da mesma denominação para a povoação da Raiz da Serra (decreto n. 241, de 9 de Maio de 1891), voltou para a jurisdição iguassuana a freguezia (e as freguezias passaram a ser qualificadas como districtos) de N. S. do Pilar, desanexando-se uma parte do extincto e mencionado municipio da Estrella para integrar o de Iguassú.

A partilha do municipio da Estrella pelos de Iguassú e de Magé fez-se com a determinação da divisa por uma linha tirada da bocca larga do rio Inhomirim, acompanhando as divisas da freguezia do Pilar até a altura da antiga villa da Estrella, que ficou pertencendo a Magé; e dahi em direcção aos rumos dos fundos da fazenda do Fragoso e fabrica de polvora, até a serra da Estrella.

Ficou então o município com cinco districtos:

- 1.º o de Santo Antonio de Jacutinga, com séde na cidade de Maxambomba;
- 2.º Marapicú;
- 3.º Piedade;
- 4.º Meriti;
- 5.º Sant'Anna de Palmeiras;
- 6.º Pilar.

Em 1916, a lei n. 1.331, de 9 de Novembro, votada por iniciativa do deputado Manoel Reis, fez desaparecer a antiga denominação de "Maxambomba", substituindo-a, para todos os effeitos civis, politicos e judiciarios, pela de "Nova Iguassú", procurando, desse modo, perpetuar o nome da outrora florescente villa que fôra o berço do pujante município.

E' da mesma data a lei n. 1.332, tambem projecto do mesmo deputado, creando, sob a denominação de 7.º, o districto que teve por séde o povoado de S. Matheus, onde se achava a estação de "Engenheiro Neiva", da Estrada de Ferro Central do Brasil, traçando-lhe as respectivas divisas.

A partir dessa epoca occorreram as seguintes alterações na divisão municipal:

Pela lei n. 1.634, de 18 de Novembro de 1919, foram determinadas as seguintes sédes dos districtos de paz:

- 1.º Nova Iguassú;
- 2.º Marapicú;
- 3.º Cava (estação de José Bulhões);
- 4.º Arraial da Pavuna, S. João de Meriti;
- 5.º Santa Branca;
- 6.º Xerem, estação de João Pinto;
- 7.º S. Matheus, estação de Engenheiro Neiva.

A este districto foi dada a denominação de Nilopolis pela lei n. 1.705, de 6 de Outubro de 1921.

A lei n. 1.779, de 8 de Janeiro de 1824, transferiu as sédes: do 2.º districto, do lugar denominado Marapicú, para Queimados; do 5.º districto, Santa Branca, para Bomfim. Queimados fica á margem da Estrada de Ferro Central do Brasil; os dois outros povoados estão situados á margem da Linha Auxiliar.

A lei n. 1.826, de 19 de Setembro de 1924, alterou as zonas urbanas do 1.º, 4.º e 7.º districtos, o que se completou com o acto expedido pelo presidente do Estado, n. 144, de 7 de Julho de 1924.

O decreto n. 2.559, de 14 de Março de 1931, creou o 8.º districto com os limites por elle determinados, tendo por séde o povoado da estação de Meriti, da "Leopoldina Railway", o qual passou a denominar-se "Caxias", em homenagem ao duque de Caxias.

Finalmente, o decreto n. 2.801, de 28 de Maio de 1931, creou o 9.º districto, formado por territorio desmembrado do 6.º, tendo por séde o povoado da Estrella, na "Leopoldina Railway". O mesmo decreto traçou as divisas do districto, que não deve ser confundido com a da extincta villa da Estrella, pertencente a Magé e que fica não mui distante daquelle.

Na ordem judiciaria, a villa de Iguassú, que pertencia á comarca do Rio de Janeiro, quando foi creada, passou, com o restabelecimento, depois de sua extincção, a fazer parte da comarca de Niteroi e, pelo decreto numero 720, de 25 de Outubro de 1854, da comarca de Vassouras.

Como termo de Vassouras subsistiu até que a lei n. 1.185, de 8 de Agosto de 1860, constituiu uma comarca com os termos de Magé, Estrella e Iguassú, sendo a séde em Magé.

Em 1871, foi o termo de Iguassú, pelo decreto numero 1.637, de 30 de Novembro, elevado á categoria de comarca, fazendo parte desta o municipio de Itaguahi.

Ao que parece, entre 1871 e 1876, a séde da comarca, por acto que não se encontra na legislação, passou a ser Itaguahi, talvez com character provisório. Desta situação tirou-a uma deliberação do governo, provocada pelo juiz de direito de Iguassú, transferindo a séde para esta villa, a qual se achava em Itaguahi.

Em virtude do decreto n. 2.243, de 29 de Setembro de 1877, ficou a comarca sómente com o municipio de Iguassú, por haver sido elevado á categoria de comarca o termo de Itaguahi.

Subsistiu a comarca de Iguassú até que, pela lei numero 43-A, de 1.º de Março de 1893, foi extincta, passando o termo a constituir parte da comarca de Barra do Pirahi.

Em 1906, quando se elaborava a lei n. 740, de 29 de Setembro, a esforços do deputado coronel Bernardino José de Souza e Mello, foi restabelecida a comarca, com classificação de 1.ª entrancia, fazendo parte della tambem o termo de Itaguahi. A divisão por entrancias foi abolida pela lei n. 1.137, de 20 de Novembro de 1912.

Em 1919, pela lei n. 1.580, de 20 de Janeiro, foi mantida a comarca, da qual continuou a fazer parte o termo de Itaguahi, elevado a comarca pela lei n. 1.804, de 12 de Janeiro de 1924. A reforma judiciaria de 30 de Janeiro de 1929 (lei n. 2.315) collocou a comarca entre as de 4.ª entrancia. A reforma seguinte, feita pelo decreto n. 2.684, de 24 de Novembro de 1931, passou a comarca para a 2.ª entrancia, sendo estas reduzidas a tres.

Finalmente, o decreto n. 2.677, de 18 de Novembro de 1931, creara, antes desta reforma, uma vara criminal na comarca.

FORMAÇÃO RELIGIOSA

Durante sessenta annos mais ou menos, os sesmeiros da zona iguassuana estiveram privados da assistencia da religião catholica em capellas publicas, no territorio. Se houve capellas construidas pelos proprietarios de fazendas e engenhos, não eram providas de curas ou parochos effectivos. Seria um luxo de gente abastada, reservado aos de seu sangue, extensivo aos seus serviçaes. Seriam simples oratorios ou pequenas capellas em que o sacerdote, indo do Rio de Janeiro, a cavallo, através de caminhos de leguas, celebrava apenas a missa dos domingos ou a festiva, no dia do padroeiro da fazenda. Os sacramentos a que a religião provia, do baptismo e do casamento, eram recebidos pelos fieis nas freguezias da cidade.

A mais antiga das freguezias de que se compoz o municipio de Iguassú, foi, como informa monsenhor Pizarro nas suas *Memorias Historicas*, a de N. S. do Pilar.

O illustre sacerdote, cujas funcções de visitador, em principios do seculo passado, o habilitaram a descrever principalmente as origens das freguezias da capitania do Rio de Janeiro, enriquecendo-as com uteis e preciosas informações, colhidas nos locaes e na farta documentação do bispado, refere que a freguezia de N. S. do Pilar é do tempo da prelazia do revdmo. Matheus da Cunha Aborim (1707 e subsequentes), existindo em 1612. Assim o disse porque Domingos Nunes Sardinha e sua mulher, Maria da Cunha, haviam doado terrenos á ermida de N. S. do Pilar, então situada em logar proximo do rio Jaguaré. Nesse mesmo capitulo em que Pizarro trata

da freguezia (tomo 2.^o, fls. 122) vê-se que o visitador Araujo fixara o anno de 1637 como o da criação da freguezia, servindo de capella curada a de N. S. das Neves. Em 1696 ter-se-ia fundado a capella do titulo do Pilar "pouco distante da matriz nova", passando para ella o titulo de parochia, que então estava com a capella de N. S. das Neves, construida em terreno doado por Manoel Pires e sua mulher, Catharina de Senne.

A matriz nova fôra construida nas margens do Pilar, com auxilio da Fazenda Real, e mais tarde reconstruida com luxo, com as esmolas da gente rica e da gente pobre que por ahi passava, descendo das regiões de serra acima. Accrescenta Pizarro que, em torno da matriz, havia então (sua obra foi impressa em 1820) um bonito arraial, com mais de 60 casas de vivenda, cobertas de palha, em que "habitava por todo anno porção notavel de povo".

Obedecendo á chronologia, mencionaremos como segunda freguezia a de S. João de Meriti, fundada primeiramente com a denominação de S. João Baptista de Trairaponga, em um outeiro fronteiro á bahia, adeante da foz do Meriti.

O Instituto Historico possui na sua sala publica de leitura uma gravura em que se vê assignalado o local da primeira freguezia.

Creada durante a prelazia do revdm. Antonio Martins Loureiro (1644 e seguintes), teve approvação régia por alvará de 10 de Fevereiro de 1647.

A capella existiu em Trairaponga até depois de 1660, transferindo-se para outro templo proximo do rio Meriti, o qual se arruinou, levando os fieis a se servirem da capella de N. S. da Conceição, situada no porto da fre-

guezia e ahi levantada por João Corrêa Ximenes, até que a matriz da freguezia se reconstruisse, o que occorreu em 1747.

Santo Antonio de Jacutinga foi a terceira freguezia, cuja igreja se ergueu no Jambui. O visitador Araujo, em 1737, fazia remontar sua criação a oitenta annos atraz, ou seja 1657. Dahi, com a ruina do templo, passou a séde da freguezia para o logar denominado Calhamaço, proximo do rio Santo Antonio, até ultimar-se a construcção da matriz que existiu no mesmo logar. Dahi a séde da freguezia foi transferida para o espaçoso templo que se ergueu no então arraial de Maxambomba, a actual cidade de Nova Iguassú.

A velha igreja séde, em Jacutinga, proxima da parada do Prata, na Linha Auxiliar, foi abandonada e começou a arruinar-se.

O Dr. Rodrigo Octavio, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, e que foi juiz municipal de Iguassú, referindo-se á velha igreja do milagroso Santo Antonio, em Jacutinga, escreveu este topico no seu formoso livro *Coração Aberto*:

"De minha casa era a cavallo que eu ia a Iguassú, através de campinas incultas e capões empobrecidos que o fabrico do carvão devastava de mais em mais. Na parte desses capões em que a galhada era mais espessa, a meio caminho entre os dois povoados, existia a interessante ruina de uma velha igreja que, abandonada pelos fieis, viu a mattaria crescer em volta, e, depois de abtido o tecto, irromper mesmo dentro de seu recinto consagrado.

Por ahi passando a cavallo, apeiei muitas vezes para examinar mais de perto aquelle incomprehensivel abandono. E da primeira vez que isso fiz recebi uma ex-

tranha impressão, ao vêr, pela abertura de uma janella, de que haviam furtado as taboas, erguer-se do velho pulpito escalavrado, agitando-a uma branda viração, como braços que gesticulavam, a basta floração de uma planta parasita, que coroava um escarlate pendão, cardinalicio e solemne”.

A curiosidade levou-nos ha uns cinco annos, mais ou menos, a visitar a velha egreja, sita em uma ligeira elevação, á margem da estrada de rodagem que se dirige para o Brejo e Iguassú. Mas já não encontramos as ruínas que o illustre escriptor vira: a piedade de um morador local, o sr. Germano Vieira dos Santos, por si e com o auxilio de esmolos, esforçava-se em reconstruir o pequeno templo em que muitas gerações passadas de catholicos iguassuanos haviam recebido os sacramentos da Santa Madre Egreja.

Occupa o quarto logar a freguezia de N. S. da Piedade de Iguassú, cuja criação data de 1719.

Fôra, porém, em 1619, construida uma capella em terras do alferes José Dias de Araujo, construindo-se outra, que se arruinou. Construcções frageis, de taipa, não resistiam por muito tempo á acção destruidora. Não é, assim, para admirar que a leitura de Pizarro nos dê noticias de templos que se ergueram e se arruinaram, de reconstrucções que não duraram.

Em 1760 foi iniciada a construcção de outra “mais subsistente e de magestosa architectura”, de paredes de pedra e cal, mas que, decorridos trinta annos, ainda não estava totalmente construida. Quando Pizarro a visitou em 1795, estava completa a capella mór, o corpo da egreja com seus quatro altares lateraes, mas a cobertura era provisoria.

Concluiu-se, entretanto, a egreja, cuja importancia cresceu, entre os fieis, quando o povoado foi feito villa, e nella, durante o periodo aureo de Iguassú, celebraram-se com extraordinaria pompa as grandes festividades consagradas pelo culto catholico.

A freguezia de N. S. da Conceição de Marapicú é posterior ás demais.

Manoel Pereira Ramos e sua mulher, D. Helena de Andrada Souto Maior Rendon, possuidores de grandes extensões de terras e aquelle fundador do engenho, que seriam este e aquellas um valioso patrimonio de sua familia e da dos seus descendentes, construíram na séde da maior das suas fazendas uma capella sob a invocação de N. S. da Conceição.

O primeiro templo construido, arruinou-se, e doando o casal terreno proprio, foi erguido um novo, cujas obras se achavam concluidas em 1737.

Dest’arte, a freguezia, cuja criação datara de muitos annos, só em 1759 entrou para a categoria das perpetuas.

Estas foram as egrejas matrizes. Monsenhor Pizarro, porém, não se limitou a mencional-as e deixou-nos em cada um dos capitulos a relação das capellas filiaes. Um seculo já decorreu depois que o illustre sacerdote escreveu e publicou suas *Memorias Historicas* e nenhuma outra obra do seu genero veio á publicidade para completar aquella e servir aos investigadores, aos estudiosos ou aos simples chronistas, como nós.

Eram, em geral, taes capellas situadas em grandes propriedades ruraes. Eil-as, como as relacionou monsenhor Pizarro:

Na freguezia de N. S. do Pilar:

- 1.^a a de N. S. das Neves, já referida;
- 2.^a a de N. S. do Rosario, construida antes de 1730 nas proximidades do rio Saracuruna;
- 3.^a a de Santa Rita de Cassia, construida em 1766 pelos Gomes Ribeiro e Ribeiro de Avellar, fazendeiros em Pão Grande, freguezia da Roça do Alferes, em serra acima, e tambem proprietarios de um porto e fazenda na região do Inhomirim.

Na freguezia de S. João de Meriti:

- 1.^a a de S. Matheus, fundada por João Alvares Pereira, em 1637;
- 2.^a a de N. S. da Conceição, fundada no porto, em 1708, por João Corrêa Ximenes;
- 3.^a a de N. S. da Conceição de Sarapuhi, antes de N. S. do Livramento, fundada por frei Bartholomeu dos Serafins;
- 4.^a a de N. S. da Ajuda, construida pelo capitão Luiz de Barcellos Machado ou por Thomé Corrêa de Sá, em 1700.

Na freguezia de Santo Antonio de Jacutinga:

- 1.^a — a de N. S. do Rosario, na fazenda que pertenceu á Ordem de S. Bento, fundada depois de 1600;
- 2.^a — a de N. S. da Conceição de Sarapuhi, construida por Affonso de Gaya;
- 3.^a — a de N. S. do Livramento, construida por João Ferreira;
- 4.^a — a de N. S. da Conceição, da Cachoeira, fundada antes de 1731 por Manoel Corrêa Vasques, em substituição da que Manoel de Marins fundara na fazenda de Maxambomba;
- 5.^a — a de N. S. da Madre de Deus, construida antes de 1743 por João de Veras Ferreira na fazenda da Posse;

- 6.^a — a de N. S. da Conceição do Pantanal, fundada por Antonio Ferreira Quintanilha antes de 1753.

Na freguezia de N. S. da Piedade de Iguassú:

- a de Santo Antonio, fundada antes de 1742 pelo padre Antonio da Motta Leite em local não indicado por monsenhor Pizarro.

A EXPANSÃO AGRÍCOLA

Iguassú foi, como a baixada, uma zona privilegiada nos dois seculos precedentes.

Seus rios, dando facil sahida á producção para a bahia, pela qual se encaminhava ao mercado do Rio de Janeiro; e suas estradas, que se dirigiam para a metropole, asseguravam á sua lavoura o mesmo logar que desfrutavam no seio da colonia os municipios da baixada, na orla da bahia e além della.

Não estavam ainda obstruidos seus rios e, por elles, a navegação dos pequenos barcos se fazia francamente em muitas leguas pelo sertão a dentro, onde o braço escravo tornava rendosa a exploração agricola.

A concessão liberal de terras havia, afinal, produzido resultados e a sua feracidade despertava o povoamento do sólo, no qual se multiplicavam fazendas e sitios.

Cultivavam-se largamente a canna de assucar, a mandioca, o milho, o feijão, o arroz e os legumes, como depois se cultivou o café.

Entre 1769 e 1779, no governo do marquez de Lavradio, a unica estatística que encontramos publicada referente ás épocas passadas(tomo 76, parte 1.^a da *Revista do Instituto Histórico*) mostra como era notavel a expansão agricola na zona iguassuana.

Em S. João de Merití contavam-se nove engenhos de assucar:

o do porto, do tenente Manoel "Mis" dos Santos, que, com seus 50 escravos, produzia annualmente 15 caixas de assucar, entre branco e mascavo, e 6 pipas de aguardente;

o de N. S. da Ajuda, de Francisco "Mis", do qual sahiam 8 caixas de assucar e 3 pipas de aguardente, possuindo 32 escravos;

o da Covanca, de Marcellino da Costa Barros, e cuja producção, com seus 20 escravos, não excedia de 5 caixas de assucar e 6 pipas de aguardente;

o do Barboza, do capitão-mór Domingos Vianna, que possuia 30 escravos e produzia 11 caixas de assucar e outras tantas pipas de aguardente;

o de n. S. do Desterro da Pavuna, do capitão Ignacio Rodrigues da Silva, o qual, não obstante contar com o trabalho de 50 escravos, só produzia 5 caixas de assucar e 5 pipas de aguardente;

o de S. Matheus, do alferes Ambrozio de Souza, de maior producção, 30 caixas de assucar e 14 pipas de aguardente, com seus 50 escravos;

o do Bananal, do capitão Ayres Pinto, produzindo 10 caixas de assucar e 3 pipas de aguardente, com 20 escravos;

o de Gericinó (tambem Jerexinó), de D. Maria Andrade, que, com seus 37 escravos, obtinha uma producção de 7 caixas de assucar e 2 pipas de aguardente;

o do capitão Miguel Cabral, em que a producção, com 18 escravos, era de 13 caixas de assucar e $\frac{1}{2}$ pipa de aguardente;

a engenhoca do capitão João Pereira Lemos, que fabricava 5 pipas de aguardente e possuia apenas 7 escravos;

a do capitão Antonio da Rocha Rosa, que fazia 12 pipas de aguardente e contava 16 escravos.

A producção agricola era ainda de mais de 800 saccos de farinha, 140 de feijão, 145 de milho e 390 de arroz.

Para o seu commercio e serviço das fazendas e dos engenhos havia 14 portos desde o rio S. João ou Meriti até o rio Sarapuhí e eram os do rio Meriti, com

tres barcos; do Engenho Velho, do sargento-mór José Dias de Oliveira, com 1 canoa; da Pedra, do padre José Rodrgues, com 1 canoa; de Pedro Alvares Roiz, com 2 canoas de pesca; do Páo Ferro, de Francisco Pupo Corrêa, com 1 barco e 2 canoas; da Valla, de D. Catharina Maria de Mendonça, com 1 barco; do capitão José Antonio Barbosa, com 1 barco e 1 canoa; o de Anna Ferreira, com 1 barco; da Chacara (Xacra), de Ignacio Roiz e Antonio Martins; de João da Silva, com 3 canoas; do capitão João Pereira de Lima Gramacho, com 1 barco e 1 canoa; do mestre de campo Bartholomeu José Vahia, com 1 barco; e do capitão Pedro Alves Frique.

A freguezia de N. S. do Pilar de Iguassú tinha um unico engenho de assucar, pertencente ao capitão Luciano Gomes Ribeiro, fabricando 40 caixas de assucar e 17 pipas de aguardente. Para o seu serviço possuia 74 escravos.

Tres engenhocas fabricavam aguardente: a de Matheus de Chaves, a do capitão Pedro Gomes de Assumpção e a do capitão João Carvalho de Barros.

Produzia tambem a freguezia 13.000 saccos de farinha, 100 de feijão, 150 de milho e 2.100 de arroz.

O commercio da freguezia era feito pelo rio, no qual havia 9 portos com 18 barcos e 1 lancha.

A freguezia de Santo Antonio de Jacutinga contava 7 engenhos:

o de Madureira, de Manoel Luiz de Oliveira, com 70 escravos e uma producção de 40 caixas de assucar e 30 pipas de aguardente;

o da Posse, dos herdeiros do capitão Francisco de Veras Nascentes, com 25 escravos, fabricando 20 caixas de assucar e 5 pipas de aguardente;

o de Maxambomba, do sargento mór Martim Corrêa Vasques, com 12 escravos, produzindo 15 caixas de assucar e 4 pipas de aguardente;

o do Brejo, do capitão Apollinario Maciel e seu irmão, o padre Antono Maciel, com 35 escravos, fabricando 25 caixas de assucar e 8 pipas de aguardente;

o de Cachoeira, do capitão Manoel Corrêa Vasques, importante propriedade que fabricava 60 caixas de assucar e 30 pipas de aguardente, contando 80 escravos;

o de Santo Antonio do Matto, do mestre de campo Ignacio de Andrada Souto Maior Rendon. Este engenho foi arrematado pelo general em 1778, estando antes abandonado;

o da Conceição, dos herdeiros de Ignacio Gomes, com 14 escravos, fabricando 3 caixas de assucar e $\frac{1}{2}$ pipa de aguardente. A cultura principal era de mandioca, sendo subsidiaria a da canna.

As lavouras produziam tambem 20.000 saccos de farinha, 600 de milho, 600 de feijão e 6.000 de arroz.

A essa producção davam escoamento os seguintes portos:

No rio Iguaçu: Tipuera, do alferes José Felipe, com 2 canoas; da Passagem, do Motta e o dos frades de S. Bento.

No rio Sarapuí: de D. Antonia, com 1 barco; de Domingos Coelho, com 3 barcos; de D. Maria das Neves, com 1 barco; de D. Anna, com 3 barcos.

A freguezia de N. S. da Conceição de Marapicú contava os engenhos de Marapicú, Cabussú, Piranga e Matto Grosso.

Os engenhos de Marapicú e de Cabussú estavam vinculados ao morgadio dos Ramos, de que adeante falaremos, e tinha 200 escravos. Produziam 120 caixas de assucar e de 30 a 60 pipas de aguardente.

O de Piranga pertencia ao tenente Antonio Marinho de Moura e produzia 20 caixas de assucar e 12 pipas de aguardente.

O de Matto Grosso, pertencia ao mestre de campo Ignacio de Andrada Souto Maior Rendon e contava 70 escravos. A producção, que se iniciava na época da estatística, fôra de 12 caixas de assucar e 4 pipas de aguardente.

Produziam as fazendas 120 saccos de farinha, 480 de feijão, 180 de milho e 1.500 de arroz.

A freguezia de N. S. da Piedade tinha sómente 2 engenhocas, uma do capitão Luiz Barboza, com 50 escravos, fazendo 18 pipas de aguardente; a outra, de D. Luzia Maria, com 20 escravos, fabricando 12 pipas de aguardente.

Produzia mais 8.000 saccos de farinha, 240 de feijão, 240 de milho de 6.000 de arroz. Escoava-se a producção por dois portos, o do Teijam e o dos Saveiros, ambos com embarcação.

Era o "cyclo da canna", que fazia a fortuna dos fazendeiros da zona da baixada, em toda a sua área de dezenas de kilometros, de um e de outro lado da bahia e ao centro, como o fazia tambem na planície dos goitacás, ao norte da capitania.

Com as freguezias da região iguassuana rivalizavam em prosperidade as outras da baixada, onde a cultura da canna era explorada: Santo Antonio de Sá, a

antiga Santo Antonio do Casserebú; N. S. do Desterro de Itambi, S. João Baptista de Itaborahi, N. S. da Ajuda de Guapimirim, a já importante villa de Magé; as freguezias da Santissima Trindade de Macacú, S. Gonçalo, S. João Baptista de Icarahi, S. Sebastião de Itaipú, N. S. do Amparo de Maricá, o districto de Cabo Frio, que se prolongava do littoral e ia ao sertão de algumas das freguezias acima citadas.

S. Nicolau de Surubi, situada entre terras em que a riqueza consistia no cultivo da canna, não se entregava a esta. Era notavel a producção de bananas, que excedia de 100 duzias de cachos, diariamente; e apresentava uma producção annual de 5.000 saccos de arroz, 4.000 de farinha e 1.000 arrobas de café.

Proximas tambem da planicie iguassuana, ao sul, ficavam as freguezias de Campo Grande e de Irajá; e, abaixo destas, os engenhos das freguezias mais proximas da cidade. A oeste, estendiam-se os campos dos jesuitas, Itaguahi e Mangaratiba.

Concurrentes, pois, para o assucar e para a aguardente da região de que nos occupamos, não faltavam e isto sem contar com os maiores centros de producção da época, no curso inferior do Parahiba, na capitania dos Assecas; nos campos visinhos, onde tambem haviam dominado os goitacás, na zona do Macahé e outros rios; e nas terras de Angra dos Reis e Parati, á margem do Atlantico.

Tanta producção de assucar, de aguardente e de arroz não era só para o consumo das capitancias brasileiras, mas se destinava á exportação para a metropole, que consumia, tambem, em larga escala as mercadorias brasileiras.

Só em um anno, accusou a estatistica do porto do Rio de Janeiro, ao tempo do governo do conde de Rezende, a sahida de 384.074 arrobas de assucar; 23.792

arrobas de arroz e 1.194 pipas de aguardente para Lisboa; 445.273 arrobas de assucar; 136.736 arrobas de arroz e 134 pipas de aguardente para o Porto, afora o que ia para Vianna e ilhas.

Note-se anda que, na mesma época, já se enviavam para Lisboa 4.355 e para o Porto 567 arrobas de anil, cuja cultura muito generalizada nos municipios da baixada, não foi mantida pelos nossos lavradores.

Durante muitos decennios a lavoura iguassuana conservou suas culturas remuneradoras da canna, do arroz, milho e feijão, e da mandioca, que eram o sustentaculo das fortunas que ali se accumularam.

Quando veio para a capitania do Rio de Janeiro o "cyclo do café", a cultura foi ensaiada com proveito, embora não constituísse uma riqueza agricola senão nas terras altas, nas serras que circumdam o municipio. Mas, nem em qualidade nem em quantidade, competia o producto com o que descia das freguezias da altiplanicie. Iguassú manteve como base da sua agricultura o plantio da canna para o fabrico do assucar e da aguardente e a cultura de cereaes e congeneres, deixando que as terras altas do curso do Parahiba o abandonassem e o substituíssem pelo do café.

Só pelo meio do seculo passado foram sendo abandonadas aquellas culturas, quando a obstrucção dos rios, com o seu consequente extravasamento, tornou inuteis os esforços empregados por mantel-as. Então, aquellas productivas e ferteis terras, invadidas periodicamente pelas aguas de seus rios, abandonadas por sua população, cobriram-se com a vegetação propria dos pantanaes.

O trabalho agricola orientou-se para augmentar os males das cheias e do impaludismo: começou o corte impiedoso, a devastação do que ainda restava das reservas de madeira, para o preparo da lenha e do carvão.

FREGUEZIAS DE HONTEM,
DISTRICTOS DE HOJE

PILAR

Pilar é um antigo arraial situado á margem esquerda do rio que recebeu a denominação da freguezia.

Foi a capella que se erigiu nesse ponto a origem do povoado. Onde se construia o templo, ahi lhe deixavam a praça, mais ou menos proporcionada ao seu tamanho; e era aos lados desta, quasi sempre em área doada para o patrimonio da irmandade do padroeiro, que se erguiam as primeiras construcções.

A primeira capella, já o dissemos, não foi construída no Pilar; fôra a de N. S. das Neves, levantada em sitio que antigos moradores, sabendo-o por tradição, indicaram o engenheiro Marcellino Ramos da Silva e este assignalou no mappa que acompanhou um de seus relatorios apresentados, como chefe da Commissão de Saneamento, á alta administração fluminense. O sitio apontado fôra o da fazenda do Jaguaré, ao norte do Iguassú e visinha do Pilar.

"Jaguaré" apparece-nos pela primeira vez, em documentos officiaes, com o registo de uma sesmaria entre o "Jaguaré" e o Sarapuhi; a segunda sesmaria é de 1578 e a terceira data do anno seguinte. O Jaguaré não era, comtudo, um curso d'agua de importancia. Balthazar da Silva Lisboa, nos *Annaes do Rio de Janeiro*, denomina-o "Iguaré", e dizia ser navegavel por um terço de legua, formando-se de lagos — provavelmente extensos pantanos que a frequencia de chuvas mantinham com maior ou menor nivel.

A área dentro da qual se exercia a auctoridade do parcho da freguezia, alargava-se, para o norte, até á freguezia de N. S. da Conceição do Alferes; a léste, á de N. S. da Piedade de Inhomirim, da qual se separava pelo Saracuruna; ao sul e a oeste, á de N. S. da Piedade de Iguassú.

A agricultura era a mesma das terras circumvizinhas: canna de assucar, mandioca, arroz, milho, feijão, legumes.

O caminho que atravessava a freguezia era um dos de que se serviam os viajantes que se encaminhavam do Rio de Janeiro para serra acima e vice-versa.

Saint Hilaire, o sabio botânico francez, quando regressou de sua primeira viagem ás provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, em 1818, deixando a fazenda de Ubá, pertencente a João Rodrigues Pereira de Almeida, que foi barão de Ubá, dirigiu-se para a serra da Viuva e ahi, em vez de tomar pelas cabeceiras do Iguassú, atravessou as sesmarias que haviam sido de Marcos da Costa e segundo escreveu em sua interessante narrativa, chegou aos pés de uma inacessivel montanha, que, mais alta do que as outras, na serra da Boa Vista, tinha a fórma de um pão de assucar. Chegando ao ponto mais elevado da serra, Saint Hilaire observou quão propria era a denominação dada á montanha, extasiando-se na contemplação do soberbo panorama que teve deante de seus olhos, descortinando por entre as altas arvores da floresta virgem a immensidade da bahia da Guanabara.

Cedo ou tarde, quando o turismo se desenvolver pelas encostas mais elevadas do contorno de montanhas que envolvem a região iguassuana, os olhos extaticos dos turistas verão as bellezas incomparaveis que jazem agora ignoradas e que foram conhecidas das gerações que nos precederam, forçadas, antes da invasão da via-ferrea, a palmilharem os quasi invios caminhos e as penedias da serra do Mar.

O sabio francez desceu as montanhas cobertas de espessas mattas; na base da serra estendiam-se as colinas com seus bosques entremeados de culturas. A' esquerda surgia quasi todo o porto do Rio de Janeiro com suas ilhas, sua barra e o Pão de Assucar: "O dia brilhante e os mais variados effeitos de luz augmentavam a belleza desse largo panorama, que contemplei com profunda emoção."

A descida era ingreme, pedregosa e difficil. Antes de chegar á falda, Saint Hilaire ouviu do caminho o ruido das aguas que se precipitavam por entre as pedras: era o Pilar.

"Depois da descida da cordilheira maritima, muda-se o aspecto da região. Para traz ficavam as montanhas que acabamos de atravessar e que são dominadas pelo pico, quasi nú de vegetação, a que nos referimos. Outras montanhas se ligam a esta e, por uma singular illusão de optica, parecem fechar completamente á planicie por onde corre o Pilar. Prados verdejantes margêam o rio; não ha mais arvores seccas e amarelladas, nem se encontram os fetos que, na região de Minas, substituem frequentemente as florestas. Por toda parte a vegetação é tão brilhante, vigorosa e luxuriante que não pôde fazer uma idéa quem jámais sahíu da Europa.

No dia da descida da serra pousamos em Taquarussú, onde ha algumas casas, uma taberna e um rancho para os viajantes. Além de Taquarussú a planicie que começamos a percorrer alarga-se sensivelmente e as altas serras dos Órgãos, da Estrella e da Boa Vista, parecem encerral-a em um semi-circulo. A planicie estende-se por varias leguas até o mar. Por ella serpenteia o Pilar, que, desde o sopé da serra, dá navegação a canoas, tornando-se muito util aos agricultores para o transporte de suas mercadorias."

Após tres leguas de marcha, contadas de Taquarussú, Saint Hilaire chegou ao povoado "que só tem uma rua que finda na egreja, mas tem bonitas casas

e lojas bem sortidas. Uma pequena parte das tropas que descem de Minas Geraes para a Capital, param no povoado e ali fazem suas compras."

A descripção que nos faz Milliet de Saint Adolphe no seu *Diccionario Geographico* não é diversa, parecendo ter se inspirado em informações de Pizarro e Saint Hilaire. A povoação, que este qualifica de linda "consta de uma só rua no topo da qual se vê a igreja matriz; a casaria é apparatusa e com muitas lojas de fazendas. Em seu termo não existe senão um engenho e um forno de tijolo e telhas. A população anda por 3.000 habitantes, que lavram cannas, colhem arroz, milho, feijão, café, cujos generos levam com facilidade para o Rio de Janeiro, sendo que todos os ribeirões e rios adjacentes são navegaveis com as grandes marés."

O Pilar era navegavel em cerca de 12 kilometros. No curso inferior, do arraial á foz, possivelmente navegavam pequenas faluas e grandes canoas. Para cima, o trafego era feito por pranchas e pequenas canoas, que serviam á lavoura ribeirinha e aos lavradores de serra acima.

Região productora, recebia ainda o contingente que lhe forneciam as lavouras situadas além da serra. Ponto de passagem das tropas que se encaminhavam de ou para o Rio de Janeiro ou que transportavam mercadorias destinadas a descerem pela via fluvial, o povoado desfructou durante muitos annos de uma prosperidade que, mesmo em menor escala, rivalizava com a das villas de Iguassú e da Estrella.

Algumas fortunas ali se fizeram e entre ellas a de Motta Sayão, barão do Pilar, cuja abastança lhe permittiu adquirir alguns terrenos em Petropolis, onde construiu magnífica vivenda. Começara então a futura cidade imperial a ser procurada pela gente rica do Rio de Janeiro, a nobreza da época, para repouso durante o verão. A propriedade que pertenceu ao barão foi, mais

tarde, adquirida pelos condes d'Eu, que ali construíram o bello palacete que lhes serviu de residencia, no verão até á queda da monarchia e o banimento da familia imperial.

As causas da decadencia commercial e do despovoamento do Pilar foram as mesmas que determinaram o quasi desaparecimento, então, da villa de Iguassú. As casas, á falta de trato, foram desmoronando e a propria igreja outrora com seu interior constantemente enriquecido pelas dadivas e esmolos quer de tropeiros quer de gente rica, devota de N. S. do Pilar, cuja misericórdia attrahia milhares de fieis, ficou quasi abandonada, chegando a arruinar-se em parte.

Muitos annos depois de ser uma sombra da sua passada riqueza, o povoado, que era uma parada da "Leopoldina Railway" para os trens que iam e vinham de Petropolis, teve uma época de renascimento temporario.

Foi em 1893 e 1894, durante a revolta de parte da esquadra no porto do Rio de Janeiro, dirigida pelo almirante Custodio de Mello.

O trafego maritimo entre a Prainha, no Rio de Janeiro, e o porto de Mauá, e o terrestre dahi á Raiz da Serra, houve, então, de ser paralyzado e o transporte de mercadorias e passageiros passou a ser feito entre o suburbio de S. Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, e a Raiz da Serra. Pilar era o ponto de cruzamento dos trens e a permanencia dos passageiros durante alguns minutos, animou os habitantes locais, os poucos que haviam ficado fieis ao sólo, a improvisarem um commercio de poucos momentos, quatro vezes por dia, servindo em um tosco rancho, construido ás pressas, detestavel café, aguas mineraes, etc., a uns, enquanto outros passageiros se abasteciam, nas mãos dos "molecotes" do

povoado, de bananas, excellentes cambucás, dulcíssimos cajús e sapotis, saborosas laranjas, cuja paga lhes servia para attenuarem os effeitos da malária endêmica e da opilação.

Poucas casas já existiam por essa época, mas, entre ellas, ainda se notava o avarandado sobrado de José Pedro da Motta Sayão, o barão do Pilar, que assistira ao fastígio e á decadência do arraial. Elle proprio já era uma ruína, na sua velhice amargurada, empobrecido, tendo visto seus bens arruinados, alagados pelas cheias do rio que, no passado, lhe haviam enchido a bolsa.

Mais tarde, quando a necessidade do encurtamento da via da Leopoldina determinou a construcção de uma variante, a estação do Pilar foi supprimida. A antiga séde foi tambem mergulhando no seu somno de morte, de onde o arrancou a estrada Rio-Petropolis, que, por ahí passando, dá ao povoado a esperanza de melhores dias. E o povoado os teve, quando contava em seu perimetro 20 estabelecimentos commerciaes, 50 casas de residencia, 20 olarias nas margens do rio, e 34 barcos que faziam o trafego fluvial.

O rio Pilar, que foi causa da prosperidade como da decadência do povoado e da freguezia, é affluente do Iguassú.

E' conhecido no seu curso superior sob os nomes de Xerem ou Charem, como se mencionou em documentos e escripturas antigas — e corre do norte para o sul. Seus formadores são os correjos do Registo e da Mantiquira. O Registo, braço occidental, tem por origem as cachoeiras e correjos da Cava, Itapicú, Paraíso, Alpha, Perpetua, Canuta e João Pinto, sendo este o mais importante. O braço oriental é o Mantiquira, que desce da serra de Petropolis, de terras que pertenceram aos condes d'Eu, e corre á esquerda do ramal do Xerem

(descendo da estação desse nome) e tem sua origem nas cachoeiras e correjos do Aniceto, Tres Cachoeiras ou Galrão, Palmital, do Meio, João Ribeiro e Guará, represados para o abastecimento d'agua á cidade do Rio de Janeiro. Das encostas oppostas vertem as nascentes dos rios Quitandinha, Bingen e Mosella, que são affluentes, dentro da cidade de Petropolis, do Piabanha, e do rio da Cidade, tambem affluente do mesmo Piabanha, no qual se lança além da estação de Nogueira, na linha de Petropolis a Entre Rios, da "Leopoldina Railway". Ficam proximos os correjos que, nessa região da serra, vão engrossar as aguas do Sant'Anna e são, entre outros, o Itiquira, o Gloria e o Facão.

Entre a bacia do Pilar e o Otum, outro affluente do Iguassú, corre o ramal ferreo do Xerem, que, partindo da antiga localidade do Brejo, onde está a estação de Belfort Roxo, da linha Rio d'Ouro, vae terminar na estação de Xerem. Este ramal se bifurca, seguindo um para a bacia do Registo, e o outro para a do Mantiquira, onde termina proximo da cachoeira do Galrão.

No curso superior do Pilar e do Mantiquira, na estação das grandes chuvas, suas aguas transbordam e correm para a bacia do Estrella, augmentando as aguas do Saracuruna.

O Pilar é o "Marabi" de Ayres do Casal, e o "Morabahi" de monsenhor Pizarro. O Mantiquira é o rio que Casal e Pizarro denominam rio do Ramos. Pensamos tambem que o rio do Couto, a que se refere Pizarro (tomo II, fls. 129) é o mesmo Pilar, tendo tido tal denominação por correr dentro da sesmaria de Taquarussú, de Manoel Ferreira do Couto, em cujas terras existe um elevado penedo, de 630 ms. de altura, ainda hoje conhecido por Pedra do Couto.

S. JOÃO DE MERITI
S. MATHEUS E NILOPOLIS — CAXIAS

Já nos referimos, com os apontamentos de monsenhor Pizarro, á formação desta freguezia, que se limitava, ao norte, com a de Santo Antonio de Jacutinga; a leste com a bahia do Rio de Janeiro; ao sul com as de Irajá e Campo Grande, estas do Districto Federal; e a oeste com a de Campo Grande.

Pela sua extensão, indo da bahia ás serras que se interpõem entre ellas e as freguezias do Districto Federal, havia magníficos engenhos de assucar e aguardente, servidos por numerosa escravatura e com esplendidas residencias. Entre elles podem ser citados os da Covanca, da Pavuna, de S. Matheus, de Palmeiras e de Gericinó.

O da Covanca, que, ao tempo do marquez do Lavradio, pertencia a Marcellino da Costa Barros, fomos encontrar, pela metade do seculo passado, pertencendo á familia do Conselheiro Alves Carneiro; o da Pavuna, que fôra propriedade do capitão Ignacio Rodrigues da Silva, passara para o dominio do então visconde de Bomfim; o de S. Matheus, uma das mais antigas propriedades ruraes de Iguassú e fôra do alferes Ambrozio de Souza, passara ás mãos do 1.º barão de Mesquita; o de Gericinó, de D. Maria de Andrade, veio a ser propriedade do visconde de Barbacena; estabelecendo-se outros como o do Brejo, do Pão Ferro e do Carrapato, este pertencente á familia Tavares Guerra.

Proveio a segunda denominação da freguezia, Meriti, do facto de haver sido a séde da freguezia de São João de Trairaponga mudada para as margens do Meriti.

Este rio, que deu o nome á freguezia, nasce com o nome de Maranguá nas vertentes de uma serra proxima da antiga linha de tiro do Realengo, no Districto Federal, formado-se da confluencia de dois correjos, o Santa Catharina e o Meirinho. O Maranguá corre na direcção de sudoeste para nordeste, desde as proximidades do Realengo até Deodoro, engrossando-se com as aguas do Piraquara e do Caldeireiros, pela margem direita, vertentes ambos, da serra do Barata, o primeiro com um curso de quatro e meio kilometros e o segundo com o de cinco e meio kilometros. A partir de Deodoro passou a ser conhecido sob a denominação de Sapopemba, e, adiante, sob as de Acari e Muguengue, até receber o Meriti ou dos Mosquitos, afluindo tambem para a margem direita: o correjo dos Affonsos, originario da serra do Barata e cujo curso pouco excede de seis kilometros; o Valqueiro, que parte do morro desse nome, e corre em uma extensão de cinco kilometros; e o das Pedras, que nasce no morro de Ignacio Dias e chega ao seu termo com pouco mais de sete kilometros. Até passar em São João de Meriti corre com o nome de Meriti e, dali em diante, com aquella denominação.

O afluente principal da margem esquerda é o Pavuna, ou Pabuna e Ibapuna dos antigos, que tem sua origem no Retiro, proximo dos arredores de Campo Grande e Irajá e corre na mesma direcção do Meriti até o canal da Pavuna e dahi á sua foz com o rumo de sudoeste. Recebe no territorio de Iguassú o Cabral, originario da antiga fazenda do Cabral e se desenvolve com um curso de treze e meio kilometros. Acima da estação da Pavuna, parte para leste o canal da Pavuna, que corre na extensão de cerca de quatro kilometros em linha recta e vae despejar-se no Meriti, no logar das

Tres Barras, assim denominado porque ahi se reúnem os tres cursos d'agua.

O Pavuna é atravessado pela E. F. Central do Brasil entre as estações de Anchieta e Nilópolis; pela Linha Auxiliar entre S. João de Meriti e Costa Barros; e, pela linha da Rio d'Ouro, entre Pavuna e Agostinho Porto.

A referencia aos formadores do Meriti foi extrahida do "Annuario de Estatistica Municipal do Districto Federal", fasciculos I e II, 1910 e 1911, reproduzida nos seguintes.

Pizarro, que pouco trata da origem do Meriti, attribue a do Pavuna a charcos e alagadiços situados entre as fazendas do Retiro e Gericinó. Ayres do Casal aponta como formador do Pavuna o riacho "Inhammahy", que verte da serra do Bangú.

Meriti é, provavelmente, corruptela do nome de uma palmeira conhecida pelos indigenas com o nome de "mbiriti" e depois buriti. E' a "mauricia vinifera", de Martius. Pavuna resultará da contracção de "paba-una", logar escuro, corrupção de "ipab-una", lagoa preta. E' pois, rio de aguas pretas ou "rio preto", denominação muito commum a rios do Brasil.

Desta freguezia, que passou a ser districto, quando a divisão civil, depois de 15 de Novembro de 1889, se tornou independente da divisão ecclesiastica, foi desmembrada uma parte para constituir o 8.º districto, cuja séde, como já dissemos, é o povoado da antiga estação de Meriti, da "Leopoldina Railway", o qual passou a denominar-se "Caxias", em homenagem á memoria do duque de Caxias, marechal do exercito e cujo nome fulgura, desde a sua mocidade, nas paginas da historia patria.

São estas as divisas do novo districto (creado pelo decreto n. 2.559, de 14 de Março de 1931, sendo inventor federal no Estado, o sr. Dr. Plinio Casado): ao norte, o rio Sarapuhi; a leste, a bahia do Rio de Janeiro; ao sul, o rio Meriti; e, a oeste, a linha de transmissão da "The Rio de Janeiro Tramway Light and Power", que a separa do 4.º districto.

Do territorio de Meriti já se desmembrara anteriormente, em 1916, uma área bem consideravel para a constituição de um novo districto, o 7.º, cuja séde foi o povoado de S. Matheus, onde a E. F. Central do Brasil construiu uma estação a que dera o nome de S. Matheus. Ficou o novo districto comprehendido entre o 1.º, da antiga freguezia de Santo Antonio de Jacutinga, o Districto Federal e o de Meriti.

S. Matheus foi, primitivamente, uma fazenda do padre Matheus Machado Homem, que a recebera como herança de seus paes. Domingos Machado Homem e D. Joanna Barcellos. Assim, pelo nome do seu proprietario, se explica o do padroeiro.

Quando o padre Matheus entregou sua alma ao Creador, constou do inventario de seus bens que a fazenda tinha 1.280 braças de testada, chegando ás margens do Pavuna. Era um de seus vizinhos o engenho de Nazareth, que foi da familia Oliveira Braga. Outros eram o de Maxambomba, patrimonio dos Corrêa Vasques; o da Pavuna, do capitão Ignacio Rodrigues da Silva; e o do Cabral.

Em 1637 as terras de S. Matheus pertenciam a João Alves Pereira, que ahi fundou uma capella, mencionada por monsenhor Pizarro. Durante cento e quarenta e dois annos passou pelas mãos de diversos proprietarios e em 1779 estava nas do alferes Ambrozio de Souza, que mantinha ainda a cultura da canna e o enge-

nho para fabricar assucar e aguardente. Em 1866 era proprietario da fazenda de S. Matheus, Jeronymo José de Mesquita, 1.º barão de Mesquita e irmão do que foi barão, visconde e conde de Bomfim. Os immoveis que ali construiu o 1.º barão de Mesquita ainda hoje existem, e quem passa pela E. F. Central do Brasil, poderá ainda vel-os ao longe. á esquerda, entre Nilopolis e Mesquita, mais ou menos proximos da serra.

A vasta propriedade que foi a fazenda de S. Matheus, passando a successores do 1.º barão de Mesquita, teve o destino que os latifundios situados proximos dos grandes centros vão tendo com o decorrer dos tempos: sua valorização continua, traz o desmembramento e o fraccionamento em propriedades menores.

Assim occorreu com ella. Os proprietarios das maiores áreas fraccionaram-nas em lotes, vendidos a preço baixo e em prestações. A parte da fazenda, onde a E. F. Central do Brasil construiu uma parada apra os seus trens suburbanos, a de Engenheiro Neiva, foi, com aquelle systema de venda de terras, sendo procurada por operarios e pequenos empregados, começando a formação de um povoado, hoje bastante extenso e com regular commercio. Seu proprietario, fazendo intelligente propaganda para a venda de suas terras, dera a estas a denominação de "Nilopoiis", em homenagem a Nilo Peçanha, que occupava então, pela segunda vez, a presidencia do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1921, pela lei de 1705, de 6 de Outubro, foi oficialmente dada ao districto a denominação de Nilopolis, que tambem foi dada á parada da linha ferrea.

A denominação de S. Matheus, que tivera, em terras da velha fazenda, uma estação da Linha Auxiliar, que corta o districto de Meriti, desapareceu tambem, substituído pela de Galdino Rocha.

IGUASSÚ, A ANTIGA

Das freguezias da villa creada em 1833, a que teve mais notavel desenvolvimento civil, agricola e commercial, no seculo passado, foi a de N. S. da Piedade de Iguassú.

Seu territorio estendia-se até a serra do Mar, ali defrontando com o das freguezias de N. S. da Conceição do Alferes e Sacra Familia, que formaram, tambem em 1833, a villa de Vassouras. Corria a linha divisoria pela serra do Tinguá e as contiguas, que se succedem até a serra da Estrella. A' léste, limitava-se com a freguezia de N. S. do Pilar; ao sul e a oeste, corria seu rumo com a de Santo Antonio de Jacutinga.

Foi o local conhecido anteriormente por N. S. da Piedade do Caminho Velho. Este caminho velho era o que ia findar em Minas Geraes, subindo a serra da Estrella, seguindo, na alti-planicie, o curso do Piabanha em parte da sua extensão. Fazendo uma flexão para o interior, subindo e descendo serras, ia sahir novamente no valle daquelle rio, passando por povoados que pertenceram e ainda hoje pertencem ao municipio da Parahyba do Sul. Por elle transitou o Tiradentes, quando veio para o Rio de Janeiro ser processado e suppliciado. Por elle, segundo a tradição, passaram seus restos, depois de esquartejados. E quer a tradição que um dos quartos tivesse sido posto em exposição no logarejo que foi Sant'Anna de Cebolas, cuja denominação a Assembléa Legislativa do Estado (lei n. 299, de 3 de Dezem-

bro de 1896) mudou para Sant'Anna de Tiradentes. E' hoje um dos districtos da Parahiba do Sul.

O caminho velho foi abandonado quando se concluiu o "caminho novo" que Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, o famoso sertanista paulistano, abriu desde proximo das margens do Parahibana até o Rio de Janeiro, e foi causa do povoamento da região em que se creou a villa do Pati do Alferes, e, em que, mais tarde, na mesma data de Iguassú, 15 de Janeiro de 1833, se crearam as villas de Vassouras e da Parahiba.

Assentava a séde da freguezia de N. S. da Piedade á margem direita do rio Iguassú, que lhe deu o nome.

Formando-se a primeira povoação em logar mais conveniente do rio, onde se embarcavam e desembarcavam mercadorias, começou a ser, por isso mesmo, a ser procurada não sómente pelos lavradores locais como pelos que desciam de serra acima, pela serra do Tinguá. Com tal incipiente commercio cresceu o povoado, onde se estabeleceram casas de residencia, ranchos e pequenos armazens para deposito das mercadorias que iam para o Rio de Janeiro ou delle eram transportadas para ali.

Em principios do seculo passado, aberto o caminho que a Junta Real do Commercio mandara construir desde a planicie de Iguassú até as margens do Parahiba, o povoado foi se dilatando e tomando maiores proporções de seu commercio.

A estrada, que desde seu inicio tomou a denominação de Commercio, com a qual a assignalam antigos moradores da zona por ella percorrida, partia da séde da freguezia e cortava logo adiante o Iguassú, sobre o qual se lançara a ponte da Marambaia. Ganhava, primeiramente, a serra do Tinguá e, depois, a da Viuva, que é o divisor das aguas que vertem para a bahia de Guanabara de outras que descem ou para o Parahiba ou para o Oceano Atlantico. Já na alti-planicie, cortava de

sul a norte o territorio da extincta villa do Pati do Alferes e attingia a margem direita do Parahiba, após um percurso de dez leguas.

Por essa via foram transportados, como tambem pelo "caminho novo" de Garcia Rodrigues Paes, assucar, aguardente, madeiras e cereaes das fazendas dos successores desse sertanista, quer de suas terras da Parahiba quer das que seus descendentes tiveram no valle de Sant'Anna; dos engenhos de Ubá, de José Rodrigues da Cruz; dos Gomes Ribeiro e seu socio Avellar, do Pão Grande, antes destes construirem trapiches proprios á margem do Estrella; dos engenhos e lavouras de Manoel Francisco Xavier, em Pati do Alferes; de Peixoto de Lacerda e de seu sogro Ignacio de Sousa Werneck; dos Pinheiro de Souza, antes de se estabelecerem em Valença, então freguezia de N. S. da Gloria; e de numerosos outros fazendeiros de Sacra Familia, cujo povoamento já se avisinhara das margens do Parahiba. Isto occorria no primeiro quarto do seculo passado porque, pouco depois, cultivado o café, que substituiu nas terras altas a cultura da canna, era o producto transportado pela estrada do Commercio, que se tornou muito melhor, calçada em grande extensão da serra, depois de reconstruida pelo engenheiro militar, então coronel Conrado Jacob de Niemeyer.

Cortava tambem o territorio da freguezia a estrada da Policia, aberta posteriormente á do Commercio, assim descripta pelo professor Clodomiro de Vasconcellos na edição d'*O Jornal*, commemorativa do segundo centenario do café (de 15 de Outubro de 1927):

"Mais para léste (da região de Mangaratiba) corria a estrada da Policia, que passava por Belém, descendo a serra, e ia á Côte, estrada de custosa conservação, já por causa dos rios affluentes do Guandú, o Camboatá, o Ouro, o Santo Antonio, o S. Pedro e o Sant'Anna, já porque elle atravessava uma planicie frequentemente alagada. Era ligada á villa de Iguassú por outra estrada

boa, verificando-se o entroncamento em Mangangá, nas proximidades do Riachão (acima de Nova Iguassú) e passava pela Pavuna no trecho final.

A estrada da Policia communicava a Côte ao rio Preto e era das mais movimentadas, preferida por passageiros, durante longo tempo. Iguassú, porto fluvial e villa prospera, então, contava bons estabelecimentos commerciaes e vastos trapiches."

Annos mais tarde as estradas dos Fazendeiros e do Rodeio foram ter á de Matto Grosso, na zona de Marapicú e por esta seguia até entroncar, logo adeante do logar denominado Calhamaço, com a da Policia, indo, pelo ramal desta a Iguassú. Dest'arte, já as estradas proximas da séde e a esta ligadas, encaminhavam para o porto, de Iguassú a producção de outras regiões de serra acima, como do Pirahi e de Valença.

Na época em que o café passou a ser cultivado em mais larga escala nas fazendas do valle do Parahiba e ainda na zona iguassuana, maior foi a prosperidade de Iguassú, já villa, chegando esta a possuir grandes armazens, verdadeiros trapiches e estabelecimentos commerciaes, que gyravam com vultosos capitaes.

Tornou-se a villa um verdadeiro entreposto commercial, pois os negociantes ahi estabelecidos, adquirindo o café que vinha de cima, supriam as fazendas do interior com as mercadorias necessarias ao seu consumo e custeio, muito embora tivessem a concurrencia do commercio que se fazia através dos portos do Pilar, de Inhemirim e da Estrella.

Dentre os importantes homens de commercio que contou a villa, no seu nascedouro, destacam-se o commendador Souza Amaral, barão do Guandú, bem como o commendador Francisco José Soares e Jacintho Manoel de Souza e Mello, componentes da firma Soares & Mello, todos tambem fazendeiros e proprietarios.

Pretendeu-se, em 1840, construir uma estrada de ferro que ligasse a séde da villa a um ponto da bahia de Guanabara, havendo a lei provincial de 9 de Maio do mesmo anno, auctorizado o governo a contractal-a com Antonio da Silveira Caldeira ou com a companhia que este organizasse. Seria a projectada via ferrea a primeira "D. Pedro II".

O prospecto espalhado para subscrição das acções, reproduzido no *Guia da Estrada de Ferro Central do Brasil*, do engenheiro V. A. de Paula Pessoa, dizia:

"A villa de Iguassú, a mais opulenta da Provincia do Rio de Janeiro, exporta diariamente cinco mil arrobas de café e importa grande quantidade de generos para o consumo do paiz e, por isso, o seu commercio já é consideravel e sufficiente para produzir vantagens ao capital que fôr empregado na factura da estrada.

A actual navegação dequelle rio é de 9 leguas e, de certa altura para cima, é feita por canoas razas com grandes difficuldades no tempo das seccas, por ser preciso leval-as arrastadas á mão, com pequeno numero de saccos, e empregando para isso mais de 200 escravos na navegação daquelle rio, apesar de que ficam assim os generos muitas vezes retardados por oito e mais dias."

Custaria a construcção da estrada 347 contos de réis e o trafego seria por tracção animal emquanto não se empregasse a tracção a vapor. Para o trafego entre o porto de Sarapuhi, ponto terminal da estrada, á Côte haveria duas barcas a vapor, que gastariam uma hora na travessia. Accrescentava o prospecto que, logo que a estrada chegasse ao porto da Amarração, a uma legua da villa, seriam dispensadas as canoas.

Não obstante a animação que D. Pedro II deu ao projecto, subcrevendo cem acções de 100\$000 cada uma, não foi coberto o capital necessario.

Seis annos depois foi projectada a construcção de outra estrada, concedida ao visconde de Barbacena: partiria ella do Brejo, na freguezia de Jacutinga, indo ter-

minar nas margens do Guandú, podendo o concessionário estender um ramal que fosse terminar na villa. Como o outro, este projecto não se realizou.

Não teve a villa nenhuma das estradas que lhe assegurariam a continuidade do seu commercio tão florescente. Os dias prosperos de Iguassú poucos annos mais durariam.

Em 30 de Abril de 1854, Irineu Evangelista de Souza, depois barão e visconde de Mauá, inaugurava a primeira estrada de ferro no Brasil, tendo realizado a construcção dos 14 ks., 5 que separavam o porto de Mauá da fazenda do Fragoso, nas immediações da raiz da serra da Estrella. O ousado projecto daquelle grande emprehendedor era levar sua estrada, depois de attingir o alto da serra, até a margem esquerda do rio das Velhas, em Minas Geraes. Dois annos depois, a estrada, com mais 2 ks. e pouco, chegava á Raiz da Serra, povoado que, muitos annos depois, quando a decadencia da villa da Estrella já não tinha remedio, serviu de séde da villa, para ali transferida pelo governador Francisco Portella.

A partir daquelle época, as mercadorias de serra acima, do valle do Piabanha, até então mandadas para os portos do Iguassú e do Estrella, foram desviadas para a via ferrea. A producção, descendo a serra da Estrella, era embarcada na Raiz da Serra nos trens de Mauá, que a levavam ao porto, de onde se passavam para os barcos a vapor da empreza. Ainda assim, fazendeiros havia que, pelas suas transacções com o commercio da villa de Iguassú, preferiam envia-las por seu intermedio para o Rio de Janeiro; mas, declinando de dia para dia, em vista das commodidades do trafego ferroviário, cessaram quando a linha da Principe do Grão Pará attingiu Petropolis e, depois, o Arêal.

Os primeiros desequilibrios produzidos pelo desvio do commercio que dava uma intensa actividade á vida da villa, foram aggravados pela calamidade da peste.

A epidemia do cholera-morbus, que teve seu surto na capital do paiz em 1855 e se propagou pelas cercanias e invadiu o interior, irrompeu na villa em Setembro, sendo o primeiro caso o de um escravo de Bento Rodrigues Vianna. Seguiram-se logo outros escravos empregados no serviço fluvial, apresentando-se o mal com caracter violento.

Attenderam aos primeiros enfermos os Drs. Luiz Alves de Souza Lobo e José Antonio de Souza Gomes. De 11 a 24 de Setembro, 41 escravos haviam pago, com a morte, o seu tributo ao mal. Fôra preciso auxiliar as auctoridades locais e a presidencia da provincia fez seguir o academico Francisco Portella e tres irmãs da Congregaçáo do Santissimo Coraçáo de Maria.

Irradiou-se a terrivel epidemia, invadindo as freguezias de Meriti e Jacutinga, com especialidade nas fazendas da Cachoeira e S. Matheus, ambas do visconde de Bomfim.

Nesse angustioso transe, achou-se a população pobre da villa de Iguassú ameaçada pela fome, porque os generos, escasseando, tinham subido extraordinariamente de preço, o que fez com que o governo imperial mandasse seguir, sem tardança, uma remessa de viveres para serem vendidos pelo seu custo na capital do Imperio. Para ali tambem seguira o presidente da Junta de Hygiene Publica, o illustre Dr. Paula Candido, afim de verificar a extensáo do mal, que, em menos de 15 dias, accommettera cem pessoas, ceifando 48 vidas.

As medidas immediatas de desinfecção em todas as casas em que houvesse doentes, fizeram decrescer rapidamente a intensidade da epidemia. O Dr. Souza Lobo offereceu sua residencia para nella installar-se um hospital; negociante locais cotizaram-se para soccorrer a po-

breza e, á frente delles, se collocou o então presidente da Camara Municipal, Ignacio Antonio de Souza Amaral.

A epidemia, não passara, ahi, do porto dos Saveiros, mas accommettera dois terços dos escravos empregados no serviço fluvial.

Nas fazendas de S. Matheus e Cachoeira occorrem 51 casos, sendo 21 graves, attendidos pelo então academico de medicina Luiz de Queirós Mattoso Maia, o futuro professor de historia do Collegio Pedro II. Em Jacutinga e Meriti a epidemia foi mais persistente, fazendo numerosas victimas.

Em 15 dias, registaram-se no municipio 338 casos, dos quaes 121 fataes.

A navegação no Iguassú interrompeu-se por muitos dias, accumulando-se em seus trapiches mais de 30.000 arrobas de café.

Nesses difficeis momentos, a gente abastada da villa não desamparou a pobreza. Promoveram-se subscrições; o pharmaceutico Joaquim José Coutinho forneceu gratuitamente os medicamentos á pobreza e o commendador Souza Amaral custeou as despesas da enfermaria até fechar-se.

Estava, por essa época, em vias de realização, o projecto da estrada de ferro D. Pedro II, que ligaria a capital do Imperio ás provincias de Minas Geraes e São Paulo, e de cujo futuro tiveram larga intuição os Teixeira Leite, de Vassouras.

Em 29 de Março de 1858, D. Pedro II inaugurava o trafego do primeiro trecho, no qual se comprehendiam as estações de Maxambomba e Queimados. No fim do anno, a linha chegava a Belém, prolongada de Queimados até ahi á custa dos mais penosos sacrificios. Na obra do engenheiro Paula Pessoa se diz que a difficil construcção desse trecho, motivada pelos extensos pantanos formados pelas cheias dos rios, custara a vida a

mais de 5.000 chins, introduzidos no Rio de Janeiro para os trabalhos da estrada. Dizimara-os o impaludismo, que quasi tornara impossivel o serviço do trabalhador nacional, o infeliz escravo.

Attingida a fazenda de Belém, dos Paes Leme, mais se desviaria o commercio que até ahi se encominhava para a villa.

Em Agosto de 1861 a linha ferrea levava seus trilhos até a bifurcação, construindo-se dahi o ramal para Macacos, hoje Paracambi, para onde convergiu a producção de serra acima, da freguezia de Mendes, parte de Sacra Familia e das do Pirahi, mais proximas do valle do ribeirão dos Macacos. Em 1864, a via ferrea alcançava o ponto de confluencia dos rios Pirahi e Parahiba, a Barra do Pirahi de hoje, e, a partir de 1865, foi chegando, successivamente, a Ipiranga, Vassouras, Desengano (Juparanã), Concordia, Parahiba do Sul e Entre Rios.

A' concorrência das vias ferreas, juntara-se anteriormente outra causa de decadencia da villa. O porto da Estrella, á margem do Inhomirim ou Estrella, competia com o de Iguassú, dirigindo-se para ali as "tropas" da lavoura vassourense, poupando aos animaes e aos tropeiros um percurso mais longo.

O porto da Estrella teve a sua phase aurea, de grande prosperidade commercial, fomentando a agricultura local, que tambem, a exemplo dos lavradores do valle do Parahiba, se tinham voltado para o plantio do café nas encostas confinantes com Petropolis.

Duas linhas de barcos a vapor, a de Inhomirim e a de Mauá, facilitavam o commercio do rio Estrella, onde se contavam em 1860, 15 faluas e 31 barcos menores, a frete, além de 40 barcos do serviço das fazendas e olarias. Calculou-se que o frete das embarcações deixava então, nas mãos do commercio fluvial, mais de

80 contos de réis, annualmente. Sabendo-se que o preço do transporte de cada arroba não era superior a 40 réis, verifica-se que o commercio fluvial do Estrella representava 2 milhões de arrobas ou sejam 30.000 toneladas.

Mas, havia outra causa e essa de feição grave e irremediavel.

Com a devastação das mattas nas montanhas do contorno iguassuano, ou para o commercio de madeiras ou para o plantio do café; frequentes as chuvas na região serrana sobre a qual se faz a condensação e a precipitação dos vapores d'agua, começou a descida de terras de alluvião. A pequena declividade do sólo foi produzindo a formação de comoros nos rios estreitos e a elevação do leito. Por outro lado, a falta de navegação, que foi diminuindo sensivelmente, proporcionou a formação de um fundo arenoso ou lodoso na foz do Iguassú e na do Pilar, como aconteceu tambem no Estrella e, em geral, em toda a zona da baixada fluminense, nos valles do Magé, do Macacú e outros tributarios da bahia.

As grandes chuvas do verão tinham, portanto, de operar o extravasamento das aguas dos rios, formando extensos pantanos, que alagaram leguas de terras. A região iguassuana foi se tornando insalubre, inhabitavel. A agricultura, com a falta de braços, ceifados pela malária, quasi desapareceu; o commercio, que della vivia, soffreu as consequencias da falta de transacções. As grandes lavours de canna, os engenhos, foram desaparecendo. Resistiu apenas o pequeno lavrador, que mantinha a cultura para levar a canna, em feixes, aos mercados do Rio de Janeiro, com algumas fructas, raizes, tuberculos, hortaliças. A industria dos oleiros se reduzia; permanecia ainda, com sacrificios, a extractiva de madeiras, mas sómente para a lenha.

Os povoados, pequenos logarejos servidos pela estrada de ferro Rio d'Ouro, construida pelo governo imperial para o serviço do abastecimento d'agua á capital do paiz, e os que foram atravessados, depois, pela "Northern Railway" mantiveram a existencia de uma pequena população na parte oriental do municipio. Existencia vegetativa, apenas.

A villa de Iguassú, edificada á distancia da parte da região iguassuana que não decahira de todo, antes recebera novo impulso com a travessia da Pedro II, era um fantasma de villa, abandonada, cuja escassa população vivia presa do impaludismo. Restringia-se sua existencia á vida artificial que lhe dava o officialismo: a Camara Municipal, a vida judiciaria, isto mesmo durante certas horas do dia. A' noite Iguassú mergulhava no somno agitado pelos excessos da impiedosa malária.

Não queremos descrever com palavras nossas, sem colorido, os derradeiros dias da velha Iguassú. Vamos pedil-as á de um dos eminentes brasileiros da actualidade, o ministro Rodrigo Octavio, que foi juiz municipal de Iguassú, quando esta já era uma sombra da sua antiga opulencia. Permitta-nos o illustre magistrado que demos algum brilho a estas, transcrevendo aqui mais algumas paginas do seu *Coração aberto*:

"Pouco tempo depois de minha chegada á antiga Côte, fui mandado para Iguassú como juiz municipal.

A poucas horas da Ponta do Cajú, pela estradinha do Rio d'Ouro, a villa de Iguassú era então um grande povoado morto. Constituida, principalmente, por uma rua larga sinuosa e longa, a villa tivera sua hora de prosperidade, attestada pelas grandes casas de sobrado e vastos armazens alpendrados, tudo, então, fechado, sem moradores. Ligada com o interior da bahia de Guanabara por canaes atravez da alagadiça baixada fluminense. Iguassú fôra, por muito tempo, o entreposto commer-

cial entre o littoral e o sertão. Por ali chegava toda a produção do interior para consumo da cidade e exportação, por ali entrava tudo quanto o interior exigia para viver e trabalhar. E a villa crescia na agitação febril de cargas que chegavam e de cargas que partiam, em tropas, na variada musica dos cincerros, em carros de bois, na esfusiada langorosa dos eixos engraxados.

A estrada de ferro, porém, drenando todo esse movimento commercial, reduziu Iguassú á penuria e a levou á miseria e á morte. A villa se despovoou; os canaes, desde então abandonados, se atulharam de vegetação e de lodo; as aguas cresceram, cobriram todos os campos, tornando-os imprestaveis para qualquer cultura e enchendo o ar de miasmas do impaludismo e da opilação, que assolavam a pobre gente que não se poude retirar.

Era esse o Iguassú que encontrei ao tomar conta de minha judicatura. Só ás quintas-feiras, dia de audiencia, havia algum movimento na villa. A casa da Camara reabria; além do pessoal do fóro, solicitantes e partes iam ao despacho do juiz. E tudo depois cahia no habitual silencio.

Os magistrados desde muito que não moravam na villa; sendo muito proxima da Côte e diminuto o serviço, era na Côte que todos moravam, indo a Iguassú nos dias de audiencia e fóra disso quando, excepcionalmente, alguma diligencia o exigia. Eu, porém, muito compenetrado das minhas obrigações, quiz viver, senão na villa mesma, o que não era aconselhavel pela insalubridade do clima, ao menos dentro do territorio do seu termo; e fixei-me em Maxambomba, então simples arruaal, estação da estrada de ferro."

Eis o quadro do que ficara sendo Iguassú, esboçado por quem não precisou carregar com cores sombrias a palheta do seu pincel; bastou-lhe copiar a paizagem com fidelidade.

O aspecto da vida era o commum a uma larga zona que ia das margens da bahia a muitos kilometros para o occidente.

A emigração, causada pela malária, completou o mal que as estradas de ferro com o assentamento do seu leito, acima do nivel do sólo, sem os boeiros necessarios para a vasão das aguas, aggravara. Os encanamentos d'agua de norte a sul, para o abastecimento do Rio de Janeiro, haviam tambem contribuido para o alagamento do territorio: as aguas, extravasadas dos rios, accumuladas pelas chuvas, ficavam reprezadas junto á extensa tubulação e sobre ellas crescia a vegetação caracteristica das zonas pantanosas. Quem estendesse o olhar, de uma collina qualquer, veria enormes campos que pareciam entregues á exploração da agricultura; mas, descendo, abeirando-se da planicie, divisaria sob aquelle tapete verdejante a agua esverdinhada dos pantanos. Sob aquella apparencia enganosa de vida, escondiam-se a insalubridade e a morte á espreita de quem lhes ousasse retomar o dominio que haviam conquistado ao esforço iguassuano.

Se menos má a impressão de quem percorria a zona occidental, atravessada pela Pedro II, era comtudo penosa a de quem se avisinhasse da zona oriental, proxima do mar, pela linha da Leopoldina, onde o extenso alagadiço, com pequenas soluções de continuidade, se estendia desde as margens do Meriti até além das fronteiras do municipio, indo ao da Estrella, depois extincto.

Não se negará á memoria de José Thomaz da Porciuncula, quando presidente do Estado, o esforço por encaminhar a solução do problema da baixada, fazendo-a voltar ao seu antigo esplendor e restituir á actividade dos fluminenses, terras que haviam enriquecido seus antepassados e cujas primeiras fortunas serviram tambem para enriquecer a capital do Imperio.

Creando a Commissão de Saneamento pretendia, com isso, a organização de um projecto seystematizado

de saneamento e fez começar os estudos pelas terras do poente da bahia de Guanabara. Turmas de engenheiros e de trabalhadores foram divididas por toda a superficie a sanear, ali, para os estudos preliminares; mas a crise financeira, com a continuada baixa do preço do café, fazendo sentir seus effeitos sobre as rendas do Estado, determinaram mais tarde, a paralyzação total das obras.

Desappareceram então as esperanças que haviam nascido para os possuidores das terras do Meriti, do Sarapuhi, do Iguassú, do Pilar e do Estrella, continuando a desvalorização progressiva das propriedades.

Mas essas esperanças deveriam renascer. O fallecimento do conselheiro Affonso Penna, presidente da Republica, levou a esta alta investidura o vice-presidente eleito para mesmo periodo, Nilo Peçanha, que, com sua eleição, interrompera seu proveitoso governo no Estado.

Elle era tambem um filho da baixada, não da ribeirinha da Guanabara, mas do valle inferior do Parahiba, baixada que é a ultima das que se vão succedendo desde Maricá até o Itabapoana.

Filho de Campos, conhecia o valor das fertilissimas terras da baixada e bem avaliava os damnos que as inundações frequentes produziã na economia publica e particular. Mas lá, o campista, como o macahense, no trato constante da terra, cultivando a canna, abria regos, valles, rasgava pequenos canaes, defendendo o sólo. O povoamento, pelos agricultores, suppria as lacunas da intervenção dos poderes publicos e, garantindo o pão, o campista preservava a vida. Diversa fôra a situação de Iguassú, cujo despovoamento, deixou o sólo sem trato.

Para esta região, o estadista fluminense vòltou logo suas vistas, pretendendo realizar na presidencia da Republica o que não pudera promover na administração

do Estado, absorvido, como então esteve, por conter e attenuar as consequencias da crise em que se achou envolvido o erario publico.

E não foi apenas o seu nunca desmentido amor á terra fluminense que levou Nilo Peçanha a occupar-se com o problema da baixada, foi tambem a defesa da capital do paiz, livre da febre amarella, mas sob a ameaça do impaludismo, que rondava em sua visinhança.

Decidiu-se, pois, o saudoso estadista, já por outros titulos credor da gratidão de seus co-estaduanos, a atacar as obras de saneamento na região iguassuana, entregando sua direcção a technicos competentes, que as iniciaram por contracto com uma companhia allemã, executando-as com feição pratica, cujos resultados pudessem ser desde logo apreciados.

Quando escreviamos estas paginas, o chefe do governo da Republica, sr. dr. Getulio Vargas, teve oportunidade (11 de Dezembro) de visitar a antiga fazenda de S. Bento, e ali examinar as obras do nucleo colonial e agricola S. Borja, em via de formação, e não diriamos melhor sob os aspectos geraes do saneamento dessa parte da baixada do que o fez o antigo deputado do districto, proprietario e lavrador em Nova Iguassú, sr. dr. Manoel Reis, nas palavras com que saudou o chefe do governo. *Data venia*, transcrevemos suas palavras, tão cheias de eloquencia como de verdade:

"Os beneditinos vieram para o Rio de Janeiro em 1589, os primeiros regulares professos que ali se estabeleceram, primeiramente no local em que está a igreja do Carmo, de onde passaram no anno seguinte para o Outeiro onde ha mais de tres seculos conservam, na capital do paiz, o prestigio da sua benemerita ordem. Ordem essencialmente votada ao culto e que mais tarde se votou tambem á alta missão de educadora da mocidade catholica, não podia, entretanto, desligar-se das preoccupações materiaes, procurando obter do solo o com que pudessem desempenhar sua missão espiritual.

*do curso
de Manoel
Reis*

Assim, fazendo-se possuidores de terras nas cercanias do seu Outeiro, hoje no coração da metropole, varias pelo seu local, estenderam seus dominios para além, como em Iguassú, em Niteroi, na ilha do Governador em Campos e em outras paragens. Em Iguassú obtiveram da munificencia régia sesmaria e meia, accrescentando-a de outras terras que foram adquirindo de seus primitivos possuidores, alargando seu latifundio.

Aqui, em Iguassú, mantiveram durante longos annos sua olaria e lavouras para uso proprio, dispondo aliás em beneficio do patrimonio da Ordem, do que lhes sobrava e não era reclamado pelas necessidades da pobreza a que, como bons filhos de Christo, soccorriam.

Tambem não precisando de tantas terras para uso proprio, conservando o seu dominio, arrendaram as dispensaveis e dentro dellas se formaram outr'ora pequenas fazendas e excellentes sitios, que constituiram, no inicio e em meados do seculo passado, as principaes fontes abastecedoras da população da metropole, quando era difficil e penoso o transporte da producção de serra acima para a região da baixada.

Veu depois a estrada de ferro, rasgando a lombada das serras e facilitando o transporte: os rios iguassuanos, que eram sulcados por centenas de embarcações, viram-se abandonados, como foram sendo abandonadas as situações agricolas, os engenhos e o commercio. Os rios, com as terras de alluvião, sem trato, foram se enchendo de obstaculos aos que se obstinavam em manter na sua margem casas e lavouras. Vieram as enchentes, as inundações e em poucos annos, esta região onde os benedictinos tinham a grande fazenda, e suas vizinhanças, em muitas leguas de extensão, tornaram-se inhospitas, insalubres, mortíferas.

A malaria pousou nestas uberrimas terras, e, ciosa do seu dominio, foi ceifando vidas, despovoando extensas zonas, e trazendo com isso a decadencia de valiosas

propriedades, sua destruição pelo tempo, e a perda de importantes fortunas.

Assim decorreram dezenas de annos: os governos não se animavam a enfrentar o problema de saneamento de Iguassú, desta parte, sobretudo, em que, mais distante das terras altas, se faziam sentir os effeitos da obstrucção dos rios.

Subindo ao poder, por morte do sr. Conselheiro Afonso Penna, o saudosissimo estadista que foi Nilo Peçanha, com aquella clarissima visão da grandeza da baixada fluminense, promoveu, então, o saneamento della, começando effectivamente pela região alagadiça do Iguassú, Pilar, Estrella, Sarapuhi, etc., obra que foi iniciada, embora não produzisse desde logo resultados immediatos, restituindo á actividade dos iguassuanos leguas de magnificas terras. Ao inolvidavel fluminense cabe o inicio e a tentativa patriótica dessa resurreição.

Entre taes terras se achava a fazenda de S. Bento, onde os zelosos monges applicaram novamente uma parte de sua renda, promovendo a cultura do arroz, que foi ensaiada como uma demonstração pratica da sua possibilidade presente, e de pequenas lavouras. Os resultados foram mais de beneficos effeitos para o saneamento local do que propriamente financeiro. Parece mesmo que os benedictinos não puderam colher resultados financeiros compensadores talvez por falta de amparo e auxilio para a dispendiosa obra da desobstrucção do Iguassú, Sarapuhi e Pilar, mas sua boa obra foi a possivel manutenção do saneamento local. A propriedade passou para a Empresa de Melhoramentos da Baixada e em boa hora transferida para o patrimonio da União.

A operação financeira, decorrente da transferencia referida, foi um acto altamente auspicioso para os cofres da Nação. O valor das terras encampados pela União, valem agora mesmo, sem nenhum beneficiamento por parte do Governo Federal, muitas vezes mais do que a

quota paga áquella Empresa commercial para a sua aquisição.

A localização desta colonia aqui bem demonstra a visão de V. Ex., como experimentado administrador, porque além da fertilidade das terras da antiga fazenda de S. Bento, o colono dispõe de um rio grandemente piscoso, o Iguassú, com peixes finos, abundando o robalo. Ha em toda extensão alta da fazenda muitos cambocaseiros, que produzem abundantemente e seus frutos são deliciosos e saudáveis; ha ainda grande quantidade de outros fructos sylvestres, igualmente aproveitáveis. Para os colonos que tiverem officio, Iguassú, que se cobre de maravilhosa floresta, dispõe das melhores madeiras do Brasil, como pau Brasil, roxinho, canelleiras varias, ipê de todas as qualidades; massaranduba, pau ferro, jequitibá, tapinhoan, cédro, grauna, mirindiba, ipê e outros, para o fabrico de moveis, dormentes, etc.

Se o colono fôr apreciador da caça, as terras de Iguassú possuem uma fauna das mais ricas, de todas as aves e de todos os bichos mansos, ou rasteiros, como o veado e o porco do matto até o coelho da capoeira. As terras de S. Bento, no momento em que V. Ex. num feliz e recente decreto, estabeleceu medidas para incrementar a produção do alcool motor, libertando a nossa Patria do sacrificio da exportação do nosso ouro, e por outro lado dando trabalho ao operario nacional, valorizando a nossa moeda, são a solução do problema, não só pelo terreno apropriado para o plantio da canna, terreno humido, nas suas baixadas, como pela sua grande extensão.

Iguassú, Sr. Presidente, que dá de suas rochas e montanhas, verdejantes todas as aguas que abastecem a Capital, a formosa cidade do Rio de Janeiro, cuja população orgulha-se de ingerir o melhor liquido potavel do mundo, retribue, pela uberdade e fertilidade de seu sólc e pela sua constante valorização, os sacrificios que o seu patriótico governo faz agora, povoando-o, retornando-o

a terra habitavel que foi antes da proclamação do regime Republicano. Lamentavel descuido dos governos que se foram, que immolaram, com essa imprevidencia, innumerables e preciosas vidas, presas ao sólo querido, que não foi ingrato, mas foi esquecido, foi abandonado.

Um dos actos mais acertados do Governo Provisorio foi a criação do Ministerio do Trabalho, departamento que todo mundo civilizado possui; somente o Brasil, num cochilo censuravel, delle se resentia. Os serviços, por V. Ex. prestados ao Brasil, por intermedio do Ministerio do Trabalho, são innumeros. A questão social, que tem a sua existência normal em todas as Nações tambem sempre existiu no Brasil, mas, nesta grande Patria, só ao governo interessava os patrões, desprezados os interesses dos pequenos servidores das classes, que se viam privados do calor governamental, e o Ministerio do Trabalho, foi recebido como uma dependencia a mais para collocação dos bem apadrinhados.

Pôde V. Ex., em breve tempo, demonstrar a efficiencia do apparelho pela legislação trabalhista do Governo Provisorio: a syndicalização das classes; o regime das 8 horas de trabalho na industria e no commercio; a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; as convênções collectivas de trabalho; as commissões mixtas de conciliação e arbitramento; a reforma em novas e melhores bases das Caixas de Pensões e Aposentadorias; as regras para fixação de salarios minimos, a nacionalização do trabalho brasileiro.

O trabalhador de hoje muito deve ao seu grande governo; a qualquer classe que pertença tem, por intermedio desta, os seus direitos resguardados e garantidos.

Isto já não é mais rhetorica é a realidade fria. Agora mesmo, pelo departamento do trabalho a cuja frente se encontra a figura do joven administrador e notavel advogado, Sr. Salgado Filho, vem V. Ex., aproveitando esta vasta e rica area do governo nesta região, outrora

fertilissima, celeiro da Metropole, nos tempos de Império, abandonada pelos Governos que se succederam, com excepção de Nilo Peçanha, como já disse, restabelecer a grandeza desta maravilhosa zona do territorio de Iguassú. Cabe a V. Ex., Sr. Presidente, a gloria de levar a effeito, com a inauguração do presente marco, testemunha que será desse monumental melhoramento á terra de Caxias, a realidade dessa obra que mais parece um sonho, anhelos dos filhos desta terra, em que Pedro I^o passava as horas de seus amores, ali naquella casa, com a linda e tentadora marquezia de Santos, cujas ruínas ainda recordam a opulencia e o fausto daquelle historico solar.

Tambem Pedro II veraneava e visitava seguidamente o 6.^o districto deste municipio, fazendo as suas penitencias na tradicional igreja do Pilar, onde Caxias se baptizou, em companhia do barão de Pilar e de outros ornamentos da sociedade de Iguassú. O decreto de V. Ex., que saneia esta vasta região, é o que se póde chamar, sem nenhum favor, um acto de verdadeiro homem de Estado, homem de Governo. E' elle não só beneficia o prospero e rico municipio de Iguassú, mas tambem a Capital da Republica, de onde afasta o perigo dos males oriundos da transmissão da malaria. Os rios que outrora tornaram grande o nome de Iguassú e a obra dos nossos antepassados, vão fazer retornar o privilegio deste invejavel solo, que tudo produz, desde o café, cuja rubiacea se encontra em toda a encosta da montanha — como lembrança de culturas passadas, até a laranjeira agreste, agora beneficiada pela enxertia, cujos fructos hoje enriquecem os cofres da Nação com a importação da libra ouro, no intercambio commercial do nosso grande Paiz com as nações civilizadas do mundo inteiro. A obra é herculea, não ha negar, mas ao sahir V. Ex. de Iguassú, póde crer, Sr. Presidente, levará as bênçãos e os agradecimentos immorredouros deste povo laborioso, que nas horas atormentadas de seu patriotico governo

esteve coheso, firme ao lado do Chefe da Nação brasileira. Essas grandes realizações da Republica Nova são os fructos da victoria da Revolução, Sr. Presidente, encabeçada e vencida por V. Ex., como seu principal chefe, cujas promessas vão se tornando uma realidade auspiciosa. As febres vão desapparecer deste rincão, as victimas, já no infinito, o Nilo no descanso da paz de seu espirito, bemdirão o chefe riograndense, que se mostrou um grande amigo de Iguassú, dos fluminenses, da Metropole, da Patria e da Republica."

Em 1891, finara-se a villa de Iguassú. A vida se tornara ahi impossivel, na sua séde, mantida sem nenhum proveito para a parte restante do municipio. O acto do governo Portella, de 1 de Maio de 1891, transferindo a séde do municipio para o povoado de Maxambomba, foi a mortalha que envolveu a velha Iguassú, que hoje, em ruínas, dorme o seu somno de morte, reclinada sobre as aguas paradas e cheias de vegetação do rio que, no passado, lhe dera os dias da sua maior prosperidade.

O Iguassú é o rio principal do districto e sua bacia vac além de suas divisas. Segundo a derivação dada por Theodoro Sampaio, de quem tomamos outras, aqui mencionadas (*O tupi na geographia nacional*), Iguassú ou Iguacú, formou-se de "iguá", seio d'agua, bacia fluvial, e "acú", que significa, na linguagem indigena, grande consideravel. E', portanto, "rio grande".

As cabeceiras do Iguassú são as cachoeiras do Taiboado, Boa Vista, Sabino e Caboclo, das quaes a segunda e terceira foram captadas para o abastecimento d'agua á cidade do Rio de Janeiro. A alguns minutos

das nascentes, corre a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, que tem na planície proxima duas estações, Cachoeiras e Paineiras. Desenvolve-se o leito do Iguassú entre a linha da Rio d'Ouro e o seu ramal do Tinguá; passa acima da estação de Iguassú e vae banhar a antiga sede da villa. Abaixo desta começa a correr pela antiga fazenda da Ordem de S. Bento, na qual existe o convento de typico estyle colonial. Mais abaixo, no seu curso inferior, é o Iguassú atravessado pela linha da "Leopoldina Railway", e, alargando-se quando engrossado pelas aguas do Pilar, vae lançar-se na gahia do Rio de Janeiro por uma bocca de 181 ms. de largura. E' muito sinuoso o seu curso; e na sua corrida para o mar, dois barcos, lado a lado, podiam navegar, recebendo ou descarregando mercadorias em suas margens. Serviu, como já dissemos, no passado, para transito de mercadorias é muito ouro trazido dos riquissimos veios de Minas Geraes desceu pelas suas aguas, para encher as arcas do erario colonial e dos abastados mercadores, do Rio de Janeiro.

A bacia do Iguassú foi avaliada em 650 kilometros quadrados e é limitada, ao norte, pelas serras da Estrella, Couto, Boa Vista e Tinguá; a léste, pelas colinas que se estendem entre o Inhomirim e o Pilar; ao sul, pelos que as separam do Sarapuhi; a oeste, pela serra de Marapicú e serrotes que se estendem até á serra do Tinguá.

Affluem para o Iguassú:

O Paiol ou Sapê, pela margem direita; o Otum, pelas esquerda, abaixo da antiga villa; o Retiro, o Cachoeira e o Riachão, que em seu curso tomam varios nomes; e o Pilar.

O Paiol verte da serra do Tinguá e é atravessado pela Rio d'Ouro, ramal do Tinguá, acima de Cava (estação de José Bulhões).

O Otum, tambem Utum, Otú e ainda Atum, que se chamou tambem de Cachoeira (significado, em por-

tuguez, daquelle vocabulo da lingua indigena), lança-se no Iguassú cerca de uma legua abaixo da antiga villa. Ligou-se tambem ao Iguassú por um canal, rasgado antes da passagem deste rio pela villa. Forma-se o Otum do Cachoeira Grande, que se engrossa com pequenos cursos d'agua denominados, segundo Conrado Jacob de Niemeyer, de Caboclos, Lages, Aldêa, Mendes, Jequitibá e Cachoeira Brava. A' direita do Cachoeira Grande desce o riacho dos Macucos, no qual se lança o Serra Velha. O Cachoeira despeja-se no Piabas, que tem por cabeceiras as cachoeiras da Boa Esperança, Giro Comprido, Cantagallo e Barrelão, todas reprezadas para o abastecimento d'agua ao Rio de Janeiro. Barrelão é, talvez, corruptela de Borlão, nome que vimos em mappa antigo, provindo da sesmaria concedida em 1720 a Borlão de Souza Menezes. Com essas aguas já reunidas, recebe o Otum, pela margem esquerda, o Colomi, formado pelas cachoeiras de Colomi, Bacurubú e Corrego da Ponte, tambem captadas para o mesmo fim. Todas estas nascentes estão situadas na serra do Tinguá, nas vertentes oppostas ás dos rios d'Ouro, e S. Pedro. O ramal ferreo do Tinguá atravessa a bacia do Otum, tendo nella as estações de Barreira e Tinguá, sendo esta o extremo do mesmo ramal.

Por ahi se situava, á esquerda do arraial, a fazenda do barão do Tinguá, a qual teve sua época de prosperidade com a cultura do café e cereaes. Fez parte essa fazenda do territorio da freguezia de Sant'Anna das Palmeiras.

Pouco acima da estação do Tinguá, subindo-se por um largo caminho, muito bem conservado, está a represa do Barrelão, para a qual vertem as aguas do Macucos, Serra Velha, Agua Fria, Cantagallo, Boa Esperança, Giro Comprido, Bacurubú, Ponte e Colomi. A' cachoeira de Bacurubú ia ter um pequeno ramal, hoje supprimido, da linha Rio d'Ouro.

Fazenda do Barão do Tinguá

E' tambem affluente do Iguassú o rio Pilar, ao qual já nos referimos.

Pela margem direita verte para o Iguassú o Retiro, cujas nascentes se acham situadas entre a linha Rio d'Ouro, ao norte, e Linha Auxiliar, ao sul. Passa, com o nome de Baby, acima da estação deste nome, entre ella e a parada "Kilometro 37", lançando-se no Iguassú dentro das terras da Ordem de S. Bento. Pensamos que foi este rio que se chamou primitivamente de Capivari, rios das capivaras.

Na mesma margem lança-se o Riachão, que verte das serras que separam Morro Agudo e Austin do Districto Federal. Desce com o nome de Posse; é atravessado pela Linha Auxiliar abaixo da estação de Caioaba (de "caia", monte, e "aba", agua, agua que desce da cachoeira), onde toma esta denominação; e pela Rio d'Ouro entre as estações de Heliopolis e Itaipú, recebendo esta denominação (Taipú, anteriormente), e as de Botas e Sayão.

Nas proximidades da foz do Iguassú corriam para elle vallas e vallões que se chamaram Jaguaré e Iguaré (esconderijo de onças), Fructuoso, Honorato, Gabriel, etc., e que se derramavam pela planicie, confundindo suas aguas com as da bacia do Estrella.

MARAPICÚ

A freguezia de Marapicú tornou-se, no passado, muito conhecida pelos seus engenhos, que occupavam numerosa escravatura, e pela familia que ahi constituiu o morgadio.

A primeira doação de terras, em 1592, nesta parte de Iguassú, foi a de Garcia Ayres, que obteve 3.000 braças em quadro, no rio "Maripocú". Um anno depois, em 1593, uma grande sesmaria de 9.000 braças, entre o Maripocú e o Guandú era doada a Balthazar da Costa. Registaram-se, em seguida, as de Lourenço S. Paio, em 1615, entre os mesmos rios; em 1619, a de Manoel Corrêa e Antonio Francisco de Alvarenga; em 1721, segundo Pizarro, ou 1725, como está nas *Publicações do Archivo Publico Nacional*, a do marquez de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, fidalgo portuguez, que foi membro da Regencia de Portugal quando D. Maria e seu filho o principe D. João, regente do Reino, tomaram o caminho do Brasil, e pae de D. Pedro de Lencastre Castello Branco Sá e Menezes.

Taes sesmarias foram concedidas pelo governador do Rio de Janeiro; mas o certo é que os successores do donatario de S. Vicente tambem se julgavam com direito a essas terras. De facto, entre os documentos que possui o archivo da "Normandia", sociedade anonyma que actualmente tem a posse de quasi todas, senão de todas as terras de Marapicú, existe um, assignado por João de Moura Fogaça, ouvidor e alcaide da capitania

de S. Vicente, como procurador da condessa de Vimieiro. D. Mariana de Souza Guerra, concedendo a Jeronymo Pires e Bernardino Machado, uma sesmaria de 2 leguas, em "Guaratiba", nas cabeceiras da dos padres da Companhia de Jesus (fazenda de Santa Cruz).

Pelo historico que vamos fazer ver-se-á que a sesmaria estava em Marapicú e que a indicação de Guaratiba foi apenas dada pela proximidade desse local.

Com o fallecimento de Bernardino Machado, foram os bens á praça e sua parte na sesmaria foi arrematada por João Alvares Pereira. Não convindo a este, talvez, ter socios em terras excellentes para cannaviaes e criação de gado, resolveu comprar a parte de Jeronymo Pires, já em mãos de seus successores, Manuel Velho e sua mulher D. Maria de Azevedo.

Homem de fortuna, casado com D. Isabel Montarroyo, comprou um outro engenho, o de S. Diogo, e com uma legua de sesmaria constituiu o dote de sua filha. D. Brites de Lemos, que se casou em 1646 com Agostinho Barbalho Bezerra, filho do governador do Rio de Janeiro, Luiz Barbalho Bezerra (1642 a 1644), que se distinguira nas luctas com os holandezes em Pernambuco.

Occorre dizer que Agostinho Barbalho, tambem foi governador do Rio de Janeiro, assumindo o governo em condições especiaes. Foi o caso que o general Salvador Corrêa de Sá, que assumira o governo em 1 de janeiro de 1660, tendo de seguir para S. Paulo, deixara os negocios da capitania com Thomé Corrêa de Alvarenga, que se empossou em 11 de Outubro.

Explodiu um motim, por essa época, e delle foi um dos cabeças Jeronymo Barbalho, irmão de Agostinho e, como este, pernambucano. Os amotinados conseguiram apêar Thomé Correia do governo e nelle collocaram Agostinho Barbalho, que, tranquillamente, estava em seu engenho de S. Gonçalo, proximo da freguezia de São

Lourenço dos Indios(hoje parte integrante da cidade de Niteroi).

Agostinho Barbalho não quiz investir-se da auctoridade e occultou-se no convento de S. Francisco, de onde foram retiral-o os amotinados, ameaçando-o de morte se não assumisse o governo. Assim se fixou na historia da cidade a resistencia de um homem que não queria ser governo — quando isso era, e é ainda hoje, o sonho de tantos cidadãos!... A Agostinho Barbalho, homem de principios severes, repugnava co-participar de uma insurreição contra a auctoridade de Salvador Corrêa e de seu successor eventual. Thomé Corrêa, e que ainda pedia, com a de outros muitos, a prisão de Martim Corrêa Vasques, pae do senhor do engenho de Maxambomba. Declarou, por isso, que só permaneceria no governo provisório com o assentimento de Salvador Corrêa, já em caminho para dominar os amotinados. A attitude de Agostinho Barbalho foi devidamente apreciada por D. Affonso VI, rei de Portugal, que lhe confiou a administração das minas de esmeraldas, do Espirito Santo e das de Paranaguá (1664). Um de seus filhos, Luiz Barbalho Bezerra, foi capitão mór de Cabo Frio.

A legua restante da sesmaria (porque uma fôra doada, como vimos a D. Brites de Lemos) passou para um filho de João Alvares Pereira, de igual nome, casado com D. Paula de Gallegos. Della se desfez o casal, vendendo-a em 1667, a Martim Corrêa Vasqueannes, por 120\$000 — quasi o preço da prestação mensal de um pequeno lote dessas mesmissimas terras, que, hoje, fazem parte das propriedades da "Normandia"! E, ainda mais, o pagamento seria feito parte em dinheiro e parte com 250 arrobas de assucar, postas no Rio de Janeiro, a tempo de serem embarcadas na primeira frota que partisse para o Reino.

Era Martim Corrêa Vasqueannes sargento mór da Armada, membro de importante família da época, que tinha por chefe Duarte Corrêa Vasqueannes, governador da capitania em 1648, succedendo a seu sobrinho, Salvador Corrêa de Sá.

A sesmaria, assim dividida ia, porém, integrar-se novamente. D. Brites de Lemos, que enviuvara, vendeu a legua do seu dote a Martim Corrêa Vasqueannes, por outro preço irrisório, comparativamente com os de hoje: apenas 160\$000, sendo parte em dinheiro e parte em assucar fino!

Parece, entretanto, que os negocios de Martim Corrêa Vasqueannes foram mal succedidos e o velho sargento mór morreu endividado, tanto que um de seus credores, José Barreto de Faria, para garantir seu credito, moveu uma acção contra os bens do espolio. Levados estes á praça, foram arrematados pelo capitão Manoel Barboza Lima. Mas, a essa altura; apparece o mestre de campo, Martim Corrêa Vasques, governador interino da capitania do Rio de Janeiro, de 18 de Outubro de 1697 a Maio de 1699, na ausencia do capitão general Arthur de Sá e Menezes.

Martim Corrêa Vasques comprou parte da sesmaria, uma legua, a Barbosa Lima. Reza o documento de compra e venda, que a legua começaria na terceira ponta da serra de Gericinó, ao sul e sudoeste, e correria para a ponta que lhe correspondesse na serra do Tinguá. Dessa mesma legua, a metade corria para o norte, a entestar com o rio Marapicú; e a parte restante começara do rio Cabussú, para o lado das terras de Ignacio de Madureira Machado (fazenda e engenho do Madureira), seguindo o mesmo rumo do norte, do sopé da serra, até entestar com aquelle rio. No meio dessa legua corria o Cabussú, que seria a divisão.

Voltando Sá e Menezes ao governo, Martim Corrêa Vasques e sua mulher, D. Guiomar de Brito, doaram-lhe, em 8 de Setembro de 1702, 800 braças de tes-

tada (que resultaram ser somente 750) na meia legua que começava na terceira ponta de Gericinó, por 1.000 braças de fundos. Sá e Menzes, por escriptura de 23 de Janeiro de 1706 adquiriu mais 750 braças e 800 de fundo, ficando, deste modo, com a primeira legua da sesmaria. Por sua morte, ficou senhor dos bens o marquez de Abrantes, instituido pelo finado seu herdeiro universal.

Mesmo em Portugal, o marquez de Abrantes, para cuja casa haviam passado os brazões do marquez da Fonte, tivera noticia do que valiam as terras de Marapicú, e dilatou seus dominios, obtendo uma sesmaria de 3.500 braças contiguas ás 1.500 que lhe legára Sá e Menezes. Corriam as novas terras para o rio Guandú, sendo limitrophes com as dos jesuitas (fazenda de Santa Cruz).

Resolveu, porém, o marquez vender seus bens no Brasil e deu para isso poderes ao então governador da capitania, Ayres de Saldanha Coutinho Mattos e Noronha, os quaes foram substabelecidos em José de Carvalho Oliveira. Desse dominio a parte mais valiosa era a em que se achava o engenho de Marapicú, em cujas terras se erguera a capella de N. S. de Guadalupe. Foi adquirente da propriedade do marquez, o capitão-mór Manoel Pereira Ramos, por escriptura de 13 de Julho de 1720.

A outra legua de que não se desfizera o capitão Barboza Lima, ficou em seu poder por seis annos, vendendo-a então, em 15 de Dezembro de 1703, ao padre Luiz de Lemos Pereira, que a fraccionou, cedendo meia legua, em 28 de Abril de 1704, a Thomé Corrêa Vasques. Ficava esta porção na vizinhança de Martim Corrêa Vasques (engenho de Maxambomba). Fallecendo Thomé, foi á praça a meia legua, por execução movida

por Francisco de Araujo Abreu, contra sua viuva, D. Antonia Maria Paes, e Manoel Pereira Ramos não perdendo a occasião para reconstituir a velha sesmaria, adquiriu os bens.

Como ficou dito, o padre Lemos Pereira, da legua que comprara, dispuzera de metade, por venda a Thome Corrêa Vasques.

Ficara-lhe a outra metade ou 1.500 braças (porque uma "legua de sesmaria" tinha 3.000 braças de testada), e dellas dispoz de 750 braças de testada por duas leguas de fundo, na paragem do Piranga (tambem chamada, em varios documentos de Ipiranga), visinha de Thomé Corrêa Vasques e de Manoel Nunes de Souza, vendendo-as a Antonio Marinho de Moura. Entraram nessa venda 184 e $\frac{1}{2}$ braças que eram de Antonio Mattos Silva, permutadas por 370 braças que o vendedor possuía em outro lugar. Nessa vasta propriedade fundou Antonio Marinho de Moura um engenho cuja produção era de 20 caixas de assucar e 12 pipas de aguardente e possuía 50 escravos.

Estava, pois, Pereira Ramos senhor da primitiva sesmaria, concedida em 1622, augmentada com as 3.000 braças da sesmaria do marquez de Abrantes e ainda de sobejos juntos ao seu engenho de Marapicú, concedidos em 27 de Junho de 1721.

Este já grande patrimonio foi accrescido com a sesmaria do Cabussú, de 4.500 braças, concedida a Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Jorge de Souza Coutinho em 4 de Janeiro de 1724 e confirmada em 16 de Maio de 1726. A sesmaria, que Pizarro disse ser de 4.500 braças (*Revista do Instituto Historico*, tomo 63,

fls. 142), mas que consta dos documentos que tivemos em mão ter sido de 2 leguas, enriqueceu o patrimonio de Pereira Ramos, que se casara em 1721 com a filha de Clemente, D. Helena de Andrada Souto Maior Rendon.

D. Helena foi, juntamente com seus filhos, a instituidora do morgado de Marapicú, em 6 de Janeiro de 1772, confirmado pelo alvará régio de 4 de Fevereiro de 1774.

Souto Maior Rendon, filho do casal, possuiu a fazenda de Matto Grosso, com o respectivo engenho, assim como o de Piranga. Fallecendo o brigadeiro, seus bens couberam ao filho, Manoel Ignacio de Andrada Souto Maior Pinto Coelho, o futuro marquez de Itanhaen. Contra o filho deste, Dr. Manoel Ignacio de Andrada Souto Maior ou contra o espolio de Itanhaen, foi movida uma acção por Victor Arantes, cessionario de um credito de Xavier Calmon da Silva Cabral. Os bens, levados á praça, foram arrematados por Miguel Athanasio da Costa Barros Sayão, e delles era parte integrante a fazenda de Campo Alegre, tambem situada em Marapicú, que media 2:300 braças de testada por 2.350 de fundos. A de Matto Grosso media 2.600 braças de testada por 2.250 de fundos.

Como vimos em documentos, a fazenda de Matto Grosso passara, em 1876, a ser propriedade do brigadeiro Francisco de Paula de Bulhões Sayão. Mais tarde ambas as propriedades foram dos herdeiros de Bulhões Sayão ou de Barros Sayão: D. Anna Sayão, casada com o Dr. Luiz Ferreira de Oliva Maia; D. Alice Sayão, casada com o Dr. João de Carvalho Araujo; Gabriel Sobral de Bulhões Sayão, casado com D. Maria Rita Rego de Barros Sayão; D.D. Violeta e Dorothea Sayão.

Adquiriu-as, por fim, o conde Modesto Leal, que comprou, tambem, partes desmembradas de antigas fazendas sitas no territorio da freguezia e outras circumvisinhas. Tão vastas propriedades foram pelo seu ultimo possuidor transmittidas á sociedade anonyma Norman-

dia, que as explora e as retalhou em parte, vendendo-as em lotes.

As terras do antigo morgado e circumvisinhas são atravessadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil, pela Linha Auxiliar.

De um modo geral, a Normandia estende seu domínio desde as serras de Marapicú até a serra do Tinguá e desde a margem do Guandú, a começar do Guandú-mirim.

Estendem-se, para léste, até além do rio d'Ouro e descem por uma linha que passa, mais ou menos, em Carlos Sampaio, na Linha Auxiliar; Austin, na E. F. Central do Brasil e vão á serra do Madureira. Compreendem-se na "Normandia" as antigas propriedades denominadas Paul do Guandú, Marapicú, Bemfica, Matto Grosso, Saudade (S. Pedro, velha), Campo Alegre, Santo Antonio do Matto, Piranga, Cabussú e outras, menos a faixa sobre a qual a "Light" assentou seus postes para passagem dos cabos.

Bem irrigadas, são terras próprias para a criação de gado, cultura da canna e cereaes, fructeiras tropicaes e legumes. Com o desenvolvimento da citricultura, ha ahí grandes laranjaes.

Entre Manoel Pereira Ramos e seus vizinhos, os jesuitas, senhores da fazenda de Santa Cruz, occorreram duvidas sobre as linhas divisorias. A questão teve seu termo quando Pereira Ramos já era fallecido, entrando sua viuva, D. Helena, em composição com os religiosos.

Houve tambem duvidas entre D. Helena e Braz de Pinna, na parte confinante com o engenho de Madureira. Braz de Pinna, que adquirira os direitos dos herdeiros do engenho, protestou contra uma pretendida invasão de suas terras. A questão foi levada aos tribunaes e não teve solução. Quando o morgadio passou para a

administração do desembargador Francisco de Lemos, este proseguiu na acção, mas esta se concluiu por um accordo com os successores de Braz de Pinna.

O curso d'agua principal desta zona é o rio Guandú, que se vae lançar no Oceano Atlantico. E' o mesmo ribeirão das Lages, onde se acha a grande represa da *Light*, o qual toma aquella denominação depois de receber o Sant'Anna e o S. Pedro em sua margem esquerda, e separa Iguassú de Itaguahí.

O Sant'Anna, que sulca a margem occidental do municipio de Iguassú, tem suas nascentes na serra desse nome, originando-se de varias cachoeiras que vertem dos confins de tres municipios, Vassouras, Iguassú e Petropolis. Passa distante da estação de Oriente, da E. F. Central do Brasil e o acompanha em grande parte do seu curso a Linha Auxiliar, que se desenvolve ora no municipio de Vassouras, ora no de Iguassú. E' seu affluente, á direita, o Botaes, que verte da serra do mesmo nome.

A' margem esquerda é affluente o S. Pedro, que se fórma nas serras de Sant'Anna e do Tinguá. São suas cabeceiras as cachoeiras e correjos de D. Maria, Pedra Branca, Juca Branco, Barra, Callado, D. Maria (Cachoeira), Cachoeira Grande, Mestre Escola, Jequitibá e Pedradas, captados para o abastecimento d'agua ao Rio de Janeiro.

A linha da E. F. Rio d'Ouro vae até proximo da caixa, onde são reunidas as aguas para ahí encaminhadas, adiante da estação de S. Pedro, ponto terminal da linha. Já na planície, o S. Pedro é atravessado pela E. F. Central do Brasil, entre Caramujos e Belém; e pela Linha Auxiliar entre Theophilo Cunha e Belém.

Outro affluente, na margem esquerda, é o Santo Antonio. Formam-no, na parte superior, dois braços: um, vertente da fazenda da Limeira, antiga propriedade das famílias Paes Leme e Carvalho e Mello Mattos, herdeiras do marquez de S. João Marcos; outro, que é propriamente o Santo Antonio, originario das cachoeiras e correjos do Soldado, Pedra Lisa, Nery e Quintella.

O Santo Antonio é atravessado pela E. F. Central do Brasil entre Queimados e Caramujos; e, pela Linha Auxiliar, entre Aljezur e Theophilo Ottoni.

E' affluente do Santo Antonio o rio d'Ouro, que corre mais ou menos parallelamente a elle. O rio d'Ouro lança-se naquella, mais ou menos, antes da estação de Caramujos.

Depois de receber o rio d'Ouro, o Santo Antonio toma o nome de Pcços (e da Posse), e recebe pela margem esquerda o Camboatá que vem das proximidades de Carlos Sampaio; e, ainda na mesma margem, o Piranga, que vem da antiga fazenda de Cabussú.

Descrevemos estes rios segundo um mappa local, levantado pela "Normandia", no qual assim os vimos traçados.

O S. Pedro lança-se no Guandú depois de atravessado pela antiga estrada do Rodeio, pouco antes da ponte do Daniel. No passado, quando não havia viação ferrea, a estrada do Commercio, uma das que serviam ao trafego das mercadorias para os sertões, e destes para o Rio de Janeiro, cortava os rios Sant'Anna, S. Pedro e Santo Antonio.

SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

MAXAMBOMBA — NOVA IGUASSÚ

Estendia-se o territorio da freguezia, para o norte, ao Morro Grande da Cava, proximo da actual estação de José Bulhões, dividindo-se ahi com a de N. S. da Piedade de Iguassú. Deste ponto, corria o limite pela margem meridional do Iguassú, buscando o rumo da fazenda de S. Bento até chegar ao porto dos Saveiros, exclusive, limitando-se tambem com a freguezia de N. S. do Pilar. A léste era banhado pela Guanabara e tinha ao sul a freguezia de Meriti; a oeste ficava a de Marapicú.

Nenhuma importancia maior teve no passado, a não ser a da sua agricultura, que era valiosa, taes as fazendas que ahi se contavam, para abastecimento de seus proprios e bons engenhos, pertencentes a familias abastadas. A producção, que não era das menores da zona iguassuana, a escoava-se por tres rios, o Iguassú, o Sarapuhí e o Meriti, nos quaes tinha os portos que já mencionámos. A canna de assucar constituia sua principal lavoura: era abundante a producção nas terras baixas e humidas e dava tres côrtes antes de um novo replantio.

A séde da freguezia nunca passou de um pequeno arraial, com casas que não se egualavam nem ás do Pilar, nem ás de Iguassú. Pequenas cãsas de residencia, servidas por um commercio de transacções restrictas; em torno delle começavam logo as fazendas dos senhores de engenhos, espalhados pelo territorio da freguezia, desde os confins com Marapicú até o mar.

Depois dos primeiros 60 annos do seculo passado, a estrada de ferro D. Pedro II, fez inaugurar uma de suas estações em terras do antigo engenho de Maxambomba. Ainda que o local fosse tido por insalubre, em consequencia das terras serem alagadiças, o arraial cresceu, lentamente embora, com a passagem da linha ferrea. Por isso, o arraial de Santo Antonio de Jatinga foi decahindo da sua muito relativa importancia de séde, o que determinou a transferencia da mesma séde daqui para ali (lei n. 1.267, de 29 de Novembro de 1862).

Apezar disso, não teve o arraial de Maxambomba muito mais rapido desenvolvimento até a proclamação da Republica. Mas, com o novo regimen, foi elevado á categoria de villa e logo depois á de cidade, como já dissemos. Teve então a localidade um impulso de progresso, uma vez que para ali se transferiram a Camara Municipal, os cartorios judiciaes, a collectoria, etc., e um movimento que, pelas suas condições de insalubridade, a villa extincta de Iguassú não permittia. A vida official e outras circumstancias favoraveis, tornaram necessarias novas construcções, o saneamento local fez-se com o povoamento e este determinou a fundação de novas casas de negocio. Em consequencia do decreto do governo do Estado, transferindo para ali a séde do municipio, installou-se a Camara Municipal em sessão de 22 de Junho de 1891, sendo as ultimas sessões celebradas na velha Iguassú em 4 de Março e 13 de Abril.

Presidia a Camara o então tenente coronel Pedro Rodrigues dos Santos França e Leite, e tomaram parte

na mesma sessão inaugural em Maxambomba os vereadores tenente coronel Azarias Pereira da Silva Durão, capitão Francisco José Alves de Lima e tenente João da Costa Lima.

Estivera a séde em Iguassú desde 27 de Junho de 1833.

O tradicional nome de Maxambomba foi, depois, mudado para o de Nova Iguassú, como tambem já dissemos, e o Sr. Dr. Paulo de Frontin, incluindo a estação da E. F. Central do Brasil entre as suburbanas, de preço reduzido, é innegavel que muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

Finalmente, ali se instituiu uma Prefeitura Municipal em virtude do decreto n. 1.776, de 26 de Novembro de 1919, sendo presidente do Estado, o saudoso Sr. Dr. Agnello Geraque Collet. Foi primeiro prefeito o Sr. Dr. Mario Pinotti.

De curta duração foi, porém, a Prefeitura, que desapareceu em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal. Mais tarde, em virtude de dispositivo da segunda reforma da Constituição do Estado, instituidas as prefeituras municipaes, foi aquella restabelecida.

Nova Iguassú dista cerca de 35 ks., 5 da estação D. Pedro II da Estrada de Ferro Cetral do Brasil, que atravessa de sul a norte a parte occidental do municipio de que aquella cidade é séde, como é da comarca e da zona policial. Está edificada em uma pequena planicie.

Illuminada a luz electrica, fornecida pela *Light*, o seu abastecimento d'agua potavel é feito pelo serviço federal que o tem a seu cargo na capital da Republica. Outras localidades do municipio, e especialmente do districto da cidade, são tambem providas de illuminação electrica.

Não dispõe, ainda, de rede de esgotos, mas em todos os prédios exige a Municipalidade o assentamento de fossas biológicas, o que tem concorrido para a salubridade local.

Ha na cidade varios estabelecimentos de ensino primario, publicos, custeados pelo Estado e pelo municipio, além de institutos de ensino particular.

Entre os seus edificios contam-se o palacio municipal, construido ao tempo da presidencia do coronel Bernardino de Mello; a cadeia e quartel, a egreja matriz da freguezia, cujo padroeiro é Santo Antonio. Tem ainda os serviços federaes de correios e telegraphos, um hospital em construção, e algumas ruas e praças calçadas. Estradas de rodagem partem da cidade para os districtos ou para as estações das estradas de ferro que os servem, pondo-os em comunicação. Servem ao municipio (e, por suas estradas municipaes, á séde) as bellas rodovias federaes Rio-São Paulo, ao occidente, e a Rio-Petropolis, ao oriente. Esta, principalmente, tem concorrido bastante para o augmento da população na zona a que serve e nas proximas, facilitando tambem o estabelecimento de novas industrias.

Dentro da cidade ha numerosas casas de negocio, de todo o genero, sendo o commercio bastante activo. As velhas construcções residenciaes vão sendo substituidas por prédios de estylo moderno, como podem ser vistos nas suas ruas principaes, Marechal Floriano e Bernardino de Mello. Tem vida propria, bastante animada, possuindo varias casas de diversões; e sua população cresce notavelmente dia a dia, graças ao transporte frequente, rapido e barato, para a capital da Republica e entre as estações do municipio. Os trens rapidos fazem o percurso em 40 minutos; os menos rapidos em cerca de uma hora e os suburbanos em 1 hora e 14 minutos. Mais de 50 trens suburbanos (afóra os expressos, rapidos e nocturnos do interior) trafegando nos dois sentidos, servem diariamente á cidade que, assim,

se transforma em um suburbio da capital do paiz. Immediatamente á cidade, cujo perimetro é, relativamente pequeno, começam as chacaras e sitios, magnificas estancias de repouso bem plantadas de arvores fructiferas nas quaes predomina a laranjeira cujos fructos gozam da merecida fama de serem ahi saborosos.

O clima em tudo se assemelha ao da capital da Republica. Da temperatura o mesmo se pôde dizer, quanto ao dia, sendo elevada como no Rio de Janeiro; mas as noites são muito mais frescas.

Não tem a cidade imprensa diaria — nem, em rigor, precisa mantel-a, servida como é pela da capital do paiz; mas tem a sua imprensa hebdomadaria, consagrada aos interesses e á vida local. Foi pioneiro da imprensa local *O Libertador*, órgão de propaganda abolicionista, fundado em 1887, na velha Iguassú, pelo Dr. João Antonio de Barros Junior, não só abolicionista mas republicano, que exerceu com integridade e judicatura de direito na comarca, e foi, mais tarde, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Um de seus netos, o Dr. Americo Vespucio de Barros Souza e Mello, tambem descendente da familia Soares, continuou a tradição do avô no jornalismo iguassuano, n'*O Municipio de Iguassú*.

E' commum aos districtos de Jacutinga e de Meriti a bacia do Sarapuhi, o Serapuhi de Pizarro, Sarapoy do inappa de Vieyra Leão. Nasce o Sarapuhi em terras extremas da cidade do Rio de Janeiro, onde corre por uns 5 kilometros, formando-se da confluencia do Viegas, originario do morro deste nome, com o Bangú, que verte da serra do mesmo nome. O Sarapuhi, ainda no Districto Federal, depois de assim formado, corre por elle na extensão de tres e meio kilometros. No territorio de Iguassú ha dois corregos, um dos quaes desce da

serra da Cachoeira Pequena, formando nas terras de S. Matheus, o Piobim, o Piaui de Vieyra Leão, descendo o outro da Cachoeira Grande. Juntos, dentro de Santo Antonio de Jacutinga, nas proximidades da antiga séde, proximo da parada do Prata tomam o nome de Santo Antonio. Correndo pelo Calhamaço (antiga denominação de um logarejo), recebe então o de Sarapuhi (de *sarapó*, peixe, e *i*, agua, rio do peixe), com o qual desagua na Guanabara por uma bocca de 77 metros de largura.

A área da bacia de Sarapuhi foi calculada em 450 kilometros quadrados. Foi o rio navegavel até uma legua acima da foz e por pranchas até metade do seu curso.

Na carta de Vieyra Leão (de que ha dois exemplares, um no Instituto Historico e outro na Bibliotheca Nacional), o Sarapuhi forma-se com os rios Retiro, que passava pelas immedições dos engenhos de Coqueiros, e pelo Piaui, que banhava a fazenda de Gericinó. Este Retiro não é senão o Cachoeira Grande, de Pizarro. Na carta de Bellegarde e Niemeyer, taes rios não devem ser senão o Itauna, que passava pelo engenho de Itauna, e o Gericinó, que cortava terras do engenho deste nome.

O Sarapuhi é atravessado pela E. F. Central do Brasil entre Mesquita e Nilopolis; pela Linha Auxiliar nas proximidades de Rocha Sobrinho e pela Rio d'Ouro entre Coelho da Rocha e Belfort Roxo. Neste trecho é tambem conhecido por Guimbú. Moreira Pinto assigna o Guimbú como affluente do Iguassú, o que foi informação mal dada ao eminente geographo.

A direcção geral do curso do Sarapuhi é de oeste para léste, como, em geral, a do Iguassú.

AS POVOAÇÕES ACTUAES

No 1.º districto, cuja séde é Nova Iguassú:

Cidade de Nova Iguassú; Mesquita, Morro Agudo, na E. F. Central do Brasil; Andrade Araújo, Prata,

Ambahi, Santa Rita, Ahiva, Amaral e Carlos Sampaio, na Linha Auxiliar; Belfort Roxo, Heliopolis, Itaipú, na E. F. Rio d'Ouro.

No 2.º districto, cuja séde é Queimados:

Queimados e Austin, na E. F. Central do Brasil, Marapicú, servida por estrada de rodagem.

No 3.º districto, cuja séde é José Bulhões.

José Bulhões, Retiro, S. Bernardino, Iguassú, Baireira, Tinguá, Paineiras, Rio d'Ouro, Santo Antonio e S. Pedro, na E. F. Rio d'Ouro.

No 4.º districto, cuja séde é S. João de Meriti:

S. João de Meriti, Berford, S. Matheus, Thomazinho, Itinga, Rocha Sobrinho, na Linha Auxiliar; Villa Rosaly, Coqueiros, Coelho da Rocha, na E. F. Rio d'Ouro.

No 5.º districto, cuja séde é Bomfim:

Palmeiras, antiga séde, servida por estrada de rodagem; Bomfim e Santa Branca, na Linha Auxiliar.

No 6.º districto, cuja séde é Xerem (Estação de João Pinto):

Pilar, antiga séde, á margem da estrada Rio-Petropolis; Actura e Rosario, na "Leopoldina Railway"; Xerem, na E. F. Rio d'Ouro.

No 7.º districto, cuja sede é Nilopolis.

Nilopolis, na E. F. Central do Brasil.

No 8.º districto, cuja sede é Caxias:

Caxias e Sarapuhi, na "Leopoldina Railway".

No 9.º districto, cuja sede é a estação da Estrella:

Estrella, na "Leopoldna Railway".

ANTIGAS FAMILIAS

Não levaremos a muitos annos atraz a citação das antigas familias iguassuanas, ás quaes se vincularam nomes da velha nobreza de Portugal e outros nomes que figuram na historia do paiz. Assim passaremos por alto sobre os Corrêa Vasqueannes, Corrêa Vasques, Barbalho Bezerra e outros e vamos para edades menos remotas.

Comecemos por Marapicú, onde vimos a tenacidade de Manoel Pereira Ramos, reunir uma vastissima propriedade, que se subdividiu em outras.

Pereira Ramos não era um vulgar senhor de engenhos, possuidor de cerca de 200 escravos e, assim, de grande fortuna. Foi um bom pae de familia que se empenhou na educação de seus filhos. Um destes, disse que nascera de "paes nobres e honrados, na casa de Marapicú, das mais fartas e bem estabelecidas em fazendas do reconcavo da cidade do Rio de Janeiro."

Cremos ter havido equivoco de Pereira da Silva (*Os varões illustres do Brazil*, tomo I) quando attribue a frei Gaspar da Madre de Deus asseverar que da vasta progenie de Amador Bueno da Ribeira era oriundo o capitão-mór Manoel Pereira Ramos de Lemos e Faria. O que frei Gaspar diz (Vide *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*, 3.^a edição, com um estudo biographico e notas por Affonso d'Escragnolle Taunay) é que a gloria de ter tido por progenitor a Amador Bueno da Ribeira pertencia a muitas nobres familias existentes na capitania do Rio de Janeiro, e entre ellas cita um filho de Manoel Pereira Ramos.

A ascendencia deste é outra: (Vide *Revista do Instituto Historico*, tomo 34, fls. 168); vem de Portugal. A

esposa de Pereira Ramos, D. Helena de Andrada Souto Maior é que descende de Amador Bueno da Ribeira. Foram seus paes; D. Helena de Andrada Souto Maior e Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, senhor dos engenhos de Itauna e Guaxindiba; seus avós, D. Anna de Alarcão e Luna e Ignacio de Andrada Souto Maior, sendo bisneta de D. João Matheus Rendon e de uma senhora da familia Azeredo Coutinho, descendente de Vasco Fernandes Coutinho, donatario da capitania do Espirito Santo; trineta de D. João Matheus Rendon e D. Maria Bueno da Ribeira, filha de Amador Bueno da Ribeira. A linha deste vae por D. Maria Bueno da Ribeira, D. João Matheus Rendon, D. Anna de Alarcão e Luna e a primeira D. Helena de Andrada Souto Maior. (Vide *Revista do Instituto Historico*, tomo 34, fls. 129 e seguintes, "Nobiliarchia Paulistana", de Pedro Taques de Almeida Paes Leme).

Filho de Pereira Ramos, foi João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, nascido em Marapicú, que se graduou em canones na Universidade de Coimbra, da qual occupou o professorado varias vezes; foi desembargador da Relação da Bahia (em que se empossou, por procuração, mas não entrou em exercicio), e da Relação do Porto, ajudante do procurador da Corôa, deputado á Real Mesa Censoria, desembargador da Casa da Supplicação, procurador geral da Santa Egreja de Lisboa, procurador da corôa depois de ter sido nomeado desembargador ordinario de aggravos, conselheiro da corôa, guarda-mór da Torre do Tombo, juiz conservador geral da Junta de Administração do Tabaco, deputado da mesa do priorato do Crato e membro da Junta do Infantado, secretario da princeza real (em 1790). Viveu a maior parte da sua existencia em Portugal, sendo mais de 45 annos no desempenho de funcções publicas e de commissões altamente honrosas.

Seus serviços, proclamados por acto do principe regente D. João, em nome de sua mãe D. Maria I, como

relevantes e prestados com "fidelidade, desinteresse e fortaleza propria de um digno magistrado", foram galardoados pela corôa, que lhe fez mercê do senhorio da villa de Pereira, na comarca de Coimbra; de uma alcaidaria-mór, onde houvesse vaga, e da commenda de S. Salvador dos Serrazes, na Ordem de Christo, sita no bispado de Vizeu, tudo em tres vidas. Falleceu em Portugal, em 1799, em avançada idade.

Outro filho do casal foi D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nascido em Marapicú em 5 de Abril de 1735.

Havendo completado seus estudos preparatorios no Rio de Janeiro, no collegio dos Jesuitas, foi mandado por seu pae para Coimbra, onde, a seu irmão a quem precedentemente nos referimos e segundo elle proprio disse "deveu sempre, desde os primeiros annos, os cuidados d'um bom pae".

Quiz, mais tarde, voltar ao Brasil, solicitando o togar de deão da cathedral de S. Sebastião, que vagara; mas o marquez de Pombal preferiu conservá-lo em Portugal, fazendo-o juiz geral das ordens militares. Foi, successivamente, deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, desembargador da Casa de Supplicação; Coimbra, reitor da Universidade de Coimbra, deputado da Real Mesa Censoria, vigario capitular de á Junta da Providencia Litteraria, conselheiro da corôa, reformador da Universidade, bispo de Coimbra, sendo agraciado com o titulo de conde de Arganil. Com a morte do marquez de Pombal e não obstante a hostilidade movida a quantos, embora somente por seus talentos e virtudes, haviam sido distinguidos por elle. D. Francisco voltou novamente á reitoria da Universidade, nomeado pelo principe regente D. João. Seus serviços, na reforma da Universidade e na sua execução, foram notaveis e con-

stituíram um padrão de gloria para o illustre filho de Maracipú.

Primo de outro illustre fluminense, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, também bispo em Portugal, foi, como este, escolhido deputado ás Côrtes Portuguezas. Nem um nem outro puderam corresponder ás esperanças de seus compatriotas: D. José falleceu poucos dias depois de haver tomado assento; e D. Francisco, por motivo de molestia de que veio a fallecer em 16 de Abril de 1822.

A ambos estes Pereira Ramos deve ainda o nosso paiz, a amizade e protecção que dispensaram a Pedro Taques, o esforçado brasileiro e historiador que, na phrase de Affonso de E. Taunay, consagrou um monumento "à rememoração das primeiras gerações vicentinas e dos bandeirantes, dilatadores de São Paulo e do Brasil."

Um terceiro filho de Pereira Ramos, Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Mello, também tomou o caminho de Portugal, formando-se em canones na Universidade de Coimbra. Mas não quiz abraçar as carreiras ás quaes sua graduação abria as portas e preferiu a das armas, sendo nomeado em 1760 capitão de dragões, devendo levantar uma companhia á sua custa no Piauí. Para ali seguiu e deu cumprimento á sua missão, com ella gastando verdadeira fortuna.

Com parte da sua companhia acompanhou, viajando pelos sertões, o conde de Azambuja, que foi governar a Bahia. De regresso da Bahia, desligou-se da sua funcção de capitão de dragões do Piauí, e, voltando ao Reino, ficou aggregado a um dos regimentos de cavallaria de Lisboa. Nomeado pelo rei D. José para governar a capitania do Maranhão, em 25 de Janeiro de 1774, não che-

gou a tomar posse do seu cargo, fallecendo em Lisboa menos de um mez depois, em 13 de Fevereiro.

Ignacio de Andrada Souto Maior Rendon foi o quarto filho do casal. Tendo feito seus preparatorios no Rio de Janeiro, foi para Coimbra estudar na Universidade ao lado de seus irmãos Francisco e Clemente. Mas, estando seu pae em avançada idade, foi preciso que Ignacio interrompesse seus estudos e regressasse ao Brasil, em 1754, para tomar conta das propriedades paternas, que constituíam um valioso patrimonio da familia. Ao tempo de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella, foi nomeado capitão do regimento de cavallaria auxiliar do Rio de Janeiro, sustentando ás suas expensas a companhia que commandava. Nesse posto serviu durante 16 annos, prestando seu bom auxilio á Capitania, e depois nos de mestre de campo e coronel, reformando-se após 43 annos de serviço publico. Entre os serviços prestados á causa publica assignala seu biographo, Varnhagen, visconde de Porto Seguro, os que prestou á pacificação do gentio nas freguezias de Parahiba Nova, Sacra Familia e Pati do Alferes; á abertura de estradas, ao enxugo de pantanos insalubres, ao aterro de grandes extensões, para protecção á lavoura. tudo ao tempo do marquez de Lavradio, de Luiz de Vasconcellos, do conde de Rezende, de D. Fernando José de Portugal.

Encanecido no serviço do paiz e servindo também aos interesses da sua familia, Ignacio Souto Maior Rendon falleceu em 6 de Julho de 1815, sendo sepultado na sua capella de Maracipú.

Addita Porto Seguro á sua biographia dos filhos de Pereira Ramos (*Revista do Instituto Historico*, tomo 5.^o), que, estando o primogenito do casal de Pereira Ramos, o desembargador João Pereira Ramos, em Portugal, formara-se dos bens livres outra casa no Brasil a favor de Ignacio d'Andrada, instituindo-se um vínculo e morgado em 23 de Novembro de 1780.

Colhemos alhures (talvez em genealogias portuguezas, consultadas no Gabinete Portuguez de Leitura) que D. Helena Ramos instituir o morgado, como já dissemos, em 6 de Janeiro de 1772, approvado por alvará regio de 4 de Fevereiro de 1774, juntamente com seus filhos, de suas terças e legítimas paterna e materna, na pessoa do desembargador João Pereira Ramos. E, na realidade, foi esse o morgado de Marapicú, como se verá.

Casara-se o desembargador João Pereira Ramos com D. Maria do Cardal Ramalho de Oliveira, e do casal nasceu quem foi outro magistrado, o desembargador Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, casado com D. Maria Carolina Pinto Coelho da Cunha, filha do coronel Antonio Pinto Coelho da Cunha e de D. Anna Casemira Furtado de Mendonça, de família mineira. Foi Francisco de Lemos conselheiro da Fazenda, honorario, desembargador da Relação do Porto, da qual foi transferido para a do Rio de Janeiro.

Daquelle consorcio nasceu, em 1820, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, tenente-coronel de milicias, visconde e depois conde de Aljezur. Estando este em Portugal ali se casou com D. Maria Rita de Noronha, primeira viscondessa de Aljezur, filha natural, nascida em 21 de Janeiro de 1826, reconhecida no acto do baptismo por seu pae o 6.^o marquez de Angeja, 8.^o conde de Villa Verde, legitimada por alvará de 28 de Maio de 1845. Uma das marquezas de Angeja, justamente a 6.^a, era filha do terceiro marquez de Abran-

tes, D. Pedro de Lencastre Castello Branco Almeida Sá e Menezes. Por seu casamento, Francisco de Lemos teve permissão para fazer uso do titulo de visconde, pertencente á esposa e que fôra concedido por D. Pedro V, em 1858. Foi elle veador da 2.^a imperatriz do Brasil, D. Amelia, a quem acompanhou no seu exilio do Palacio das Janellas Verdes, em Portugal. Em 1878 foi-lhe concedido por D. Luiz I, rei de Portugal, o titulo de conde. Voltando ao Brasil, foi camarista de D. Pedro II e com este partiu para o exilio. Annos depois da morte de D. Pedro II e de D. Thereza Christina, retornou ao Brasil e, tendo enviuvado anteriormente, casou-se com D. Anna Carolina de Saldanha da Gama, fallecendo em 2 de Abril de 1909, aos 89 annos. Não deixando descendencia, este morgado foi o ultimo.

Refiramo-nos agora á descendencia de Ignacio d'Andrada Souto Maior Rendon, que falleceu sendo reformado com as honras de brigadeiro.

Casara-se com D. Antonia Joaquina Luiza de Athayde Portugal, filha de seu primo Luiz José Pinto Coelho, moço fidalgo e coronel de cavallaria na capitania de Minas, e de D. Antonio Joanna de Miranda Costa. Pinto Coelho era filho de Antonio Pinto Coelho Souto Maior, tambem moço fidalgo e governador de N. S. de Itanhaen e D. Maria Josepha de Azeredo Coutinho, da casa dos Azeredos Coutinhos, senhora dos engenhos de Itauna e Guaxindiba.

Nasceu, daquelle casal, Manoel Ignacio de Andrada Souto Maior Pinto Coelho, agraciado por D. João VI com o titulo de barão de Itanhaen, gentil-homem da casa de D. Pedro I e marquez de Itanhaen por graça do primeiro monarcha brasileiro, em 1826.

Nomeado mordomo-mór da casa imperial, depois da abdicção de D. Pedro I, foi nomeado tutor de D. Pe-

dro II, quando ocorreu a destituição de José Bonifácio. Julgue-se do valimento da personalidade desse descendente da família de Marapicú por essa alta e honrosa investidura. No exercício desta se achou até a maioridade de D. Pedro II. Falleceu o marquez de Itanhaen em 17 de Agosto de 1867, com 85 annos, sendo senador pela provincia de Minas Geraes desde Dezembro de 1844.

Foi casado quatro vezes. Sua primeira esposa foi, em 1807, D. Theodora Hygina Arnaut do Rivo Ramalho, sua prima, filha do desembargador João Pereira Ramos, com a qual se casara estando em Portugal. A segunda foi D. Francisca Mathilde Pinto Ribeiro; a terceira, D. Joanna Severina Pinto Ribeiro, irmã da precedente, ambas de família fluminense, estabelecida em Iguassú; a ultima, em 1834, foi D. Maria Angelina Beltrão, açafata da corte de D. Pedro I.

Proprietario do engenho de Matto Grosso e outras terras, sua successão coube a seu filho o Dr. Manoel Ignacio de Andrada Souto Maior.

Visinho de Marapicú, com propriedades em Vassouras e Iguassú, foi o marquez de S. João Marcos, Pedro Dias Paes Leme, filho de Fernando Dias Paes Leme e de D. Francisca Peregrina de Souza e Mello Cerqueira e, por seu pae, descendente do famoso paulista Fernão Dias Paes.

As terras do marquez eram parte da sesmaria de quatro leguas contiguas e continuas em Vassouras e Iguassú, concedida a Ignacio Dias Velho da Camara Leme, filho de Garcia Radrigues Paes, filho do sertanista Fernão Dias Paes.

Na divisão das terras, por morte de Ignacio Dias, teriam cabido ao irmão de S. João Marcos, o marquez

de Quixeramobim, Pedro Dias Macedo Paes Leme, as terras a oeste do Sant'Anna. As situadas a leste ficaram no dominio do marquez de S. João Marcos, que as transmittiu á sua grande descendencia.

Partes de terras que possuíam em Iguassú foram vendidas á Fazenda Nacional para as necessidades do serviço de abastecimento d'agua á capital do paiz.

Antes de passarmos adeante, diremos que Iguassú deu ainda outros magistrados nos tempos modernos. Um delles é o desembargador Eloy Dias Teixeira, membro do Tribunal da Relação do Estado, que foi seu presidente; outro, o Dr. Antonio Avelino de Andrade, membro do Tribunal de Contas do Estado, e seu presidente.

Em Santo Antonio de Jacutinga foi estabelecida a família de Francisco José de Mesquita, barão, visconde, conde e marquez de Bomfim, casado com D. Francisca Freire de Andrade, descendente de Fernão Dias Paes. Foram trisavós de D. Francisca, Francisco Paes de Oliveira e D. Marianna Paes Leme, esta filha de Fernão.

O sogro do conde de Bomfim, o coronel Francisco de Paula Freire de Andrade foi um dos degradados para a Africa, em virtude da sentença que julgou os inconfindentes mineiros, entre os quaes também se achou o Dh. José Alves Maciel, cunhado do coronel Francisco de Paula e, como este, degradado para a Africa.

Foi também ahí grande proprietario o Dr. José Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, chefe de uma família numerosa, ainda hoje com muitos descendentes no Estado e na capital da Republica.

Como também seu irmão, o conde de Bomfim, foi grande proprietário em terras da freguezia de Jacutinga e Meriti, o 1.º barão de Mesquita, Jeronymo José de Mesquita, homem que, na sua época, teve notavel destaque, commerciante da praça do Rio de Janeiro, vereador da Camara da capital do Imperio, director do Banco do Brasil, e philanthropo, de cuja fortuna participaram a pobreza do Rio de Janeiro, numerosos institutos de beneficencia, ordens religiosas, templos fluminenses e mineiros, etc. Seu filho, o 2.º barão de Mesquita, foi membro da 1.ª Camara dos Deputados do Estado do Rio e, por isso, membro da 1.ª Constituinte fluminense ao tempo do Governador Portella.

Na freguezia de S. João de Meriti encontramos ainda no seculo passado, como senhores de terras, as familias Cabral de Mello, Ildefonso de Oliveira Caldeira Brant (visconde de Gericinó), e outras, que, embora não sendo iguassuanas, se estabeleceram em Iguassú.

O marquez de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, guerreiro, diplomata e estadista, possuiu um engenho e fazenda em S. João de Meriti, á qual se recolheu quando incorreu no desagrado de D. Pedro I.

Barbacena, como se vê no resumo genealogico que o Dr. Rodrigo Octavio appensou ao seu bello livro *Felisberto Caldeira, chronica dos tempos coloniaes*, era descendente de D. João III, duque de Brabante.

Seu avô foi Felisberto Caldeira Brant, contractador dos diamantes, filho de S. João d'El-Rey e o personagem daquelle livro. Os paes de Barbacena foram Gregório Caldeira Brant e D. Anna Francisca de Oliveira Horta, ambos de Minas Geraes. Desse consorcio nasceram dois filhos, o marquez de Barbacena e o visconde de Gericinó. Este não deixou descendencia, mas Barba-

cena, casando-se com D. Anna Constança de Souza Menezes Cardoso, de familia bahiana, teve tres filhos: Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena; Dona Anna Constança Caldeira Brant, que se casou com José Carlos d'Almeida, visconde de Santo Amaro, estadista do Imperio; e Pedro Caldeira Brant, conde de Iguassú. Casou-se este com D. Cecilia Rosa de Araujo Vahia, filha dos condes de Sarapuí e, tendo enviuvado, contrahi segundas nupcias com D. Maria Isabel de Bragança, filha de D. Pedro I e da marquezia de Santos.

O visconde de Barbacena, terceiro Felisberto Caldeira Brant, casou-se com D. Augusta Isabel Kieckhoefer, nascida na Allemanha, e deste casal nasceu uma filha, D. Augusta Maria Caldeira Brant, que se casou com o Dr. José Pereira de Bulhões Carvalho, filho da provincia do Rio. O casal teve os seguintes filhos: D. Anna Luiza Brant de Bulhões Carvalho, casada com Pedro Benjamin de Cerqueira Lima; José Brant de Bulhões Carvalho, casado com D. Anna Sampaio; e o Dr. Ildefonso Brant de Bulhões Carvalho, politico fluminense e illustre advogado.

Descende o marquez de Barbacena, pelo lado materno, de Fernão Dias Paes, pois sua mãe D. Anna Francisca de Oliveira Horta, era bisneta do "Caçador de Esmeraldas". Esta senhora, enviuvado do pae do marquez, contrahi novas nupcias com Garcia Rodrigues Paes Leme, vindo assim o marquez de Barbacena a ser irmão, pelo lado materno, dos marquezes de Quixeramobim e S. João Marcos. A esta circumstancia, como informa Porto Seguro na *Historia da Independencia* (*Revista do Instituto Historico*, tomo 79), na nota XII do capitulo X, deveu o marquez de Barbacena ser membro da Constituinte do Brasil. Pertencia também o marquez, pelo lado paterno, á familia dos Taques Pompeos e Laras, de S. Paulo.

Por fallecimento do marquez, suas propriedades em Iguassú (e talvez as do visconde de Gericinó, que não

deixara herdeiros), couberam a seus filhos já mencionados.

O visconde de Barbacena empreendeu a execução de varias obras publicas no municipio, como a canalização de um braço do Sarapuihi, com seis eclusas, e a regularização do curso deste rio. Obteve a concessão, que não tornou effectiva, para construir uma via ferrea entre o Brejo e as margens do Guandú, podendo estender um ramal do Brejo á villa de Iguassú. Occupou a presidencia da provincia do Rio de Janeiro, de 7 de Junho a 9 de Outubro de 1848.

Importantes foram tambem outras familias, possuidoras de fazendas nas freguezias de Iguassú, como as de: Costa Barros Sayão (*Botas*); Gonçalves Ferreira (*Baby*); Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio (*Caioaba e Posse*); Dr. José Pereira de Bulhões Carvalho, genro do visconde de Barbacena (*Conceição*); Costa Thibau; conde de Sarapuihi, Bento Antonio Vahia; Tavares Guerra (*Carrapato*); Telles Barreto de Menezes (*Costa Barros*); conselheiro Alves Carneiro (*Covanca*); Xavier Barreiros, Rondon de Souza Frazão, estes no Pilar, onde era proprietario abastado o barão do Pilar; Oliveira Braga, Fructuoso Rangel; conselheiro Andrade Pinto, que foi camarista da casa imperial; Manoel Lopes Pereira Bahia, barão de Meriti, estes na freguezia da villa; Bulhões Sayão, Geraldo Luiz da Motta, Silva Camarinha, Miguel Athanasio da Costa Barros Sayão; Monteiro Guimarães (*Paraíso*); Vicente José de Souza (*Cabussú e Camburi*), na freguezia de Marapicú.

Da época da criação da villa, devemos destacar o commendador Ignacio Antonio de Souza Antaral, que,

por seus serviços e merecimentos, membro da municipalidade e importante commerciante da villa, foi agraciado com o titulo de barão do Guandú.

Foi dos primeiros vereadores da Camara da villa, quando esta se installou.

Outra personalidade contemporanea foi Francisco José Soares, a quem o governo imperial conferiu a comenda da Ordem de Christo.

A esse varão pertenceu a grande fazenda de Morro Agudo, atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Francisco José Soares foi o patriarcha de uma numerosa familia de iguassuanos. Nascido em Portugal, veio para o Rio de Janeiro aos 17 annos, antes da independencia do Brasil. Encaminhando-se para Iguassú, entregou-se aos trabalhos da lavoura, com os quaes ganhou os recursos com que montou um estabelecimento commercial na villa, cuja vida prospera acompanhou e fomentou.

Brasileiro pelo coração afeicou-se á terra, onde passara a sua juventude, e aos seus destinos, começando a participar do movimento politico local da villa, filiando-se ao nascente partido que, com a criação da provincia do Rio de Janeiro, obedeceu á orientação de dois grandes vultos fluminenses, Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) e Paulino de Souza (visconde do Uruguai). Quando a Assembléa Legislativa da provincia, em 1835, extinguiu a villa de Iguassú, Francisco José Soares poz-se em campo para o seu restabelecimento, ao mesmo tempo para evitar que as freguezias que compunham a extincta villa fossem annexadas á de Vasouras.

Seus assignalados serviços á região iguassuana mereceram a gratidão de seus co-municipes, que, uma vez restabelecida a villa, o elegeram vereador da Camara, da qual, por eleição de seus pares, foi presidente de 1837 a 1840. Fazendo parte de um dos corpos de milicias,

como tenente coronel, partiu, por ocasião da revolução mineira de 1842, com um esquadrão de cavallaria para as margens do rio Preto, escoltando a artilharia do exercito que foi combater os revolucionarios.

Em 1848, quando D. Pedro II fez sua primeira visita aos municipios de Iguassú, Vassouras, Valença e Parahiba do Sul, teve condigna hospedagem na primeira, na residencia do então tenente-coronel Soares. Por esta occasião, D. Pedro II fez o donativo de um conto de réis para as obras do chafariz da villa.

Muito dedicado aos interesses da villa, foi um dos promotores da abertura do canal ligando o rio Otum ao Iguassú, afim de evitar as consequencias do extravasamento do primeiro. Em 1872, o commendador Soares mandou fazer, á sua custa, e offereceu-o á Camara, para ser collocado na sala das sessões, um magnifico retrato a oleo de D. Pedro II. Deixou elle uma grande folha de serviços ao municipio e uma tradição de probidade, respeitada mesmo na praça do Rio de Janeiro, com a qual mantinha importantes transacções.

Essas tradições de honradez são hoje continuadas, na mesma praça, por dois bisnetos seus, os Srs. Humberto e Marcionillo Soares, proprietarios da Drogaria Rodrigues.

Casou-se elle com D. Carlota Joaquina Soares e teve do casal cinco filhos, que constituiram outras tantas dignas familias iguassuanas.

Uma de suas filhas, D. Maria Angelica, casou-se com o commendador Manoel Luiz de Souza e Mello; e outra, D. Cypriana Maria, foi casada com Bernardino José de Souza e Mello, ambos sobrinhos de seu socio Jacintho Manoel de Souza e Mello, este, com Soares, componentes da firma Soares & Mello, que teve uma longa e honesta tradição de operosidade no commercio de Iguassú. Ao ramo dos Souza e Mello pertenceu a fazenda de S. Bernardino, que se avista á passagem do trem da Rio d'Ouro pela estação desse nome. O

velho palacete, ao qual se chega por uma alameda de palmeiras, com sua casaria em redor, para a escravatura, é ainda hoje um attestado da opulencia dos antigos proprietarios ruraes de Iguassú.

Dos Soares, do lado masculino, occuparam funcções publicas: o coronel Francisco José Soares Filho, que foi juiz de paz, vereador e presidente da municipalidade e deputado á Assembléa Legislativa do Estado do Rio; seus netos, os coroneis Alfredo Cezar Soares e Ernesto França Soares, ambos vereadores e presidentes da Camara Municipal; coronel Olympio Soares, vereador. Um de seus netos, filho do commendador Joaquim José Soares, o major Francisco José Soares Netto, foi juiz de paz e vereador.

Do ramo da filha D. Cypriana Maria, occuparam funcções publicas: o coronel Bernardino José de Souza e Mello Junior, juiz de paz, vereador e presidente da Municipalidade e deputado á Assembléa Legislativa; coronel Alberto Soares de Souza e Mello, juiz de paz, vereador, prefeito do Municipio e deputado á mesma assembléa, todos netos do commendador Francisco José Soares; e um de seus bisnetos, o Dr. Americo Vespucio de Barros Souza e Mello foi vereador. Em outras funcções do Estado, na collectoria e em uma escrivania de paz, serviu um de seus netos, o Sr. Godofredo Caetano Soares, assim como muitos de seus descendentes as exerceram em outros cargos do municipio e do Estado.

Até o presente, segundo nota que nos forneceu o coronel Alberto de Mello, teve o patriarcha Soares nada menos de 425 descendentes, muito dos quaes mantêm no municipio, com vinculos de familia e de bens, as tradições daquelle.

RESURREIÇÃO

Município dos de maior área do Estado, sua superfície tem sido diversamente calculada, embora as diferenças entre uns e outros números não sejam grandes.

Em uma das mensagens apresentadas por Quintino Bocayuva á Assembléa Legislativa do Estado, um cálculo de áreas, feito pelo engenheiro Marcellino Ramos da Silva, attribue-lhe uma superfície de 1.499k2.470 (sendo apenas maiores as de Campos, Itaperuna, S. João da Barra, Rezende e Macahé), isto é, uma área pouco menor do que fôra antes calculado por Favilla Nunes no *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro* (pub. em 1893), e Antonio José Caetano da Silva, na "Chorographia Fluminense" (*Revista do Instituto Histórico*, tomo 67), ou 1.527k2.670. Clodomiro Vasconcellos (2ª edição d'O Estado do Rio de Janeiro) calculou-a em 1.362k2.

Quanto á população, os dados são os seguintes:

<i>Districtos</i>	<i>Recenseamento estadual de 1892</i>	<i>Recenseamento nacional de 1920</i>
Jacutinga	6.840	12.382
Marapicu	5.436	3.063
Cava (ant. Iguassu')	4.372	2.001
Meriti	2.761	8.255
Palmeiras	2.342	1.261
Pilar	2.475	2.823
Nilopolis	—	3.611
	<hr/> 24.226	<hr/> 33.396

Tomando por base a área de 1.499k2.470 e a população em 1920, a densidade desta é de 22 habitantes por kilometro quadrado, mais ou menos.

A população está agora consideravelmente augmentada, não sendo exaggero calcular o accrescimento em 50 % desde 1920 até 1932, por dados indirectos, como o numero de predios novos em varias sédes de districtos, os novos povoados que se formaram, o numero de passageiros que viajam e a tonelagem das mercadorias transportadas pelas estradas de ferro, além de outros factores.

Diga-se de passagem que na população de 1920 o numero de habitantes estrangeiros e de nacionalidade ignorada não excedia de 2:521 ou menos de 8 %.

A estatistica territorial do Estado (sómente relativa á zona rural do municipio, sujeita ao imposto territorial) accusava em 1925-1926, 104 propriedades ruraes de valor superior a vinte contos de réis, no valor venal de cerca de dez mil contos de réis. As propriedades de valor inferior áquelle não foram comprehendidas na estatistica publicada.

* *

A viação ferrea, que foi uma das causas da decadencia do municipio na segunda metade do seculo passado, passou a ser factor preponderante no progresso verificado nos ultimos 25 annos.

O municipio é dos que contam maior numero de kilometros de vias ferreas no territorio fluminense: cerca de 126 metros por kilometro quadrado. Atravessam-n'o as estradas de ferro Central do Brasil e sua Linha Auxiliar; a Rio d'Ouro e a "Leopoldina Railway" (linha do norte).

A Central do Brasil corre de léste para oeste e tem, desde a ponte do Pavuna (posta á margem a pretensão fluminense sobre a zona comprehendida entre o Meriti e o Pavuna), 30 kls., mais ou menos. As estações denominam-se Nilopolis, Mesquita, Nova Iguassú, Morro Agudo, Austin, Queimados e Caramujos. As mais antigas são as de Nova Iguassú (antes Maxambomba) e Queimados, inauguradas em 29 de Março de 1858 com o trafego da 1ª secção da então estrada Dom Pedro II. Seguiram-se-lhes Mesquita, em 1884; Austin, em 1896; Morro Agudo, em 1897; Nilopolis (antes Engenheiro Neiva) e Caramujos, em 1914.

A Linha Auxiliar, que corre de léste para oeste, para o norte e depois de oeste para léste, em seus 35 kilometros, mais ou menos, do Pavuna ao S. Pedro, tem as estações de S. João de Meriti, S. Matheus, Thomazinho, Itinga, Rocha Sobrinho, Jacutinga, Prata, Andrade Araujo, Caioaba, Ambahi, Santa Rita, Ahiva, Amaral, Carlos Sampaio, Aljezur e Theophilo Cunha, em uma linha circular da mesma estrada as estações de Berford e Galdino Rocha. O trafego foi inaugurado em Março de 1898 com as estações de Andrade Araujo, Ambahi, Ahiva, Carlos Sampaio e Theophilo Cunha, pertencendo a estrada, nessa época, á Empresa de Melhoramentos no Brasil. Foram ainda inauguradas pela mesma empresa as de Aljezur, em 1903; Thomazinho e Santa Rita, em 1905. As de Prata, inaugurada em 1913, e Rocha Sobrinho, em 1914, já o foram estando a via ferrea sob o dominio da União. Sobre Caioaba e Amaral não encontramos dados. As demais estações foram inauguradas em 1914 e depois. Adiante de Theophilo Cunha, entra a Linha Auxiliar no municipio de Vassouras, onde tem a estação de Belem. Tomando ahi a direcção do sul para o norte tem ainda naquella municipio as estações de Botas, Paes Leme e Sertão, e no de Iguassú as de Santa

Estação
de
Central

Estação
de
Linha
Auxiliar

Branca e Bomfim, depois da qual corre somente por Vassouras.

A "Leopoldina Railway" tem, desde o Meriti á divisa com Magé, 30 kls., aproximadamente, com as estações de Caxias (antiga Meriti), Sarapuí, São Bento, Actura, Rosario, Juarez Tavora (antiga Estrella) e Anhangá. Esta linha pertenceu, antes, á "The Rio de Janeiro Northern Railway", sendo o tráfego inaugurado até Meriti, em 23 de Abril de 1886. As demais foram inauguradas: Rosario, Anhangá (e, na mesma época, Estrella e Entroncamento), em Abril de 1888; Actura, em 1913, e São Bento depois de 1914.

A Rio d'Ouro tem extensão quasi igual á das outras, reunidamente: de S. João de Meriti á ponta dos trilhos, além de São Pedro, 40 kls.; ramal do Xerem, de Belfort Roxo a Xerem, 30k.514; sub-ramal de Mantiquira, 10k.013; sub-ramal do Registo, 1k.184; ramal do Tinguá, de José Bulhões á ponta dos trilhos, além de Tinguá, 12k.008; ramal da Represa, 2k.519. Total, aproximado: 96k.238. O sub-ramal de Boa Esperança, com 6 kls., foi supprimido.

A Rio d'Ouro tem as estações de Villa Rosaly, Agostinho Porto (antiga Coqueiros), Coelho da Rocha, Belfort Roxo, Areia Branca, Heliopolis, Itaipú, Retiro, Figueira, José Bulhões, Cachoeira, Paineiras, Rio d'Ouro, Represa, Santo Antonio e São Pedro. O ramal de Tinguá tem as estações de São Bernardino, Iguassú (a cerca de 2 kls. da extinta villa), Barreira e Tinguá; o do Xerém, as de Aurora, Baby (que se pronuncia como está escripto e não como o vocabulo inglez), "Kilometro 37", "Kilometro 43", Lamarão, Mantiquira e Xerém. O sub-ramal da Mantiquira termina em Galvão, nas encostas da serra do Mar, a 179 ms. de altitude; o do Registo, na parada desse nome. O sub-ramal de Boa Esperança terminava nas proximidades de Bacurubú; e o ramal da Represa termina a 119 ms. de altitude, na en-

costa da serra do Tinguá. A Rio d'Ouro inaugurou o tráfego até á estação do Rio d'Ouro em 20 de Janeiro de 1883.

Foi concluida a construcção de um ramal da Central do Brasil, com cerca de 31 kls., entre Austin, na linha do centro, e Santa Cruz, no ramal de Santa Cruz, entre as quaes haveria as estações de Goulart, Palmeiras, Ipiranga (deveria ser Piranga, que era o antigo nome da fazenda) e Cabussú. A este ramal ligava-se o de Austin a Carlos Sampaio, da Linha Auxiliar, com uma extensão de 3 kls. Ambos os ramaes foram supprimidos.

A extensão total das vias ferreas no municipio de Iguassú é, pois, de 190 kls. aproximadamente.

* *

As terras do municipio são reputadas boas em toda a sua extensão, exclusive, naturalmente, as que estão desaproveitadas por estarem ainda sujeitas ao extravasamento dos rios.

A maior parte do municipio é plana: a superficie iguassuana estende-se por varias planicies, com pequenas soluções de continuidade, que são simples collinas.

A parte montanhosa está ao sul, a occidente e na zona septentrional. A cordilheira do mar, desde a serra de Sant'Anna, vae de oeste para leste, e separa Iguassú de Vassouras e Petropolis, confinando com este na serra da Estrella. Neste contorno as ramificações da serra do mar têm os nomes de Mantiquira, Tocaia, Taquara, Galvão, Marcos da Costa, Tinguá e Sant'Anna. Por traz desta divisam-se as da Boa Vista e da Viuva. No seu seio erguem-se os picos da Boa Vista, a 1.300 ms. sobre o nivel do mar, e a Pedra do Couto, a 1.364 ms., altitudes indicadas no "texto" do "Atlas do Brasil", do barão Homem

de Mello. A oeste, do sul para o norte, encontra-se o massiço Marapicú, Gericinó, que separa, ao sul, o município de Iguassú do Districto Federal e cujos picos principaes são: o de Gericinó, com 887 ms. de altitude; o de Guandú, na serra do Mendanha, com a de 350 ms., e o de Marapicú, com a de 631 ms., na serra de Marapicú. Sobre a constituição geologica destas serras, o que ha de mais moderno e perfeito está condensado na "Faixa Litoriana do Brasil Meridional" e na "Breve Noticia sobre a geologia do Districto Federal", ambos apreciados trabalhos do illustre professor Everardo Backeuser.

Das terras da planicie, algumas são argilosas, muitas são arenosas e, em geral, misturadas; a zona pantanosa estende-se em partes dos antigos districtos de Piedade de Iguassú e Pilar. As mattas virgens estão situadas ao norte e são conservadas pela União para garantia dos mananciaes que abastecem o Rio de Janeiro.

A planicie é excellente para a cultura do feijão, do arroz e do milho, da canna de assucar, da mandioca, de que ahi se fazem farinha e polvilho, e não encontram superiores para a cultura das fructas tropicaes. Os legumes e as hortaliças são culturas remuneradoras e com ellas se abastecem diariamente de algumas toneladas os mercados da capital do paiz. A pequena lavoura concorre ainda para o consumo da capital da Republica, com a lenha e o carvão vegetal.

Não é grande, mas digna de nota no conjuncto dos factores economicos da riqueza de Iguassú, a zona pastoril, para a qual ha magnificas pastagens, abundantemente regadas pelos varios cursos d'agua.

A grande industria é representada pela dos productos ceramicos, cujo maior e mais importante estabelecimento está em Mesquita, á margem da Central do Brasil. E outras industrias novas no municipio vão surgindo, podendo citar-se o grande estabelecimento de beneficiamento

e torrefacção de café que a casa Bhering, do Rio de Janeiro, installou em Meriti, á margem da estrada Rio-Petropolis.

As terras, que valiam ha 20 annos, em média, 60\$000 por hectare de matta virgem e 30\$000 por hectare de terras cultivadas, obtêm, hoje, facilmente, o decuplo, e nos povoados á margem das estradas de ferro a porcentagem da valorização vae muito além, fraccionando-se grandes áreas em sitios, chacaras e pequenos lotes urbanos. São varias as empresas que em pontos diversos do municipio exploram a venda de terrenos em lotes, facilitando ás classes médias e ao proletariado a sua aquisição por preço modico e razoaveis condições de pagamento. A isto deve em boa parte o municipio o augmento de sua população.

E o fisco municipal tem sentido os effeitos beneficos do povoamento, vendo crescer seus recursos, que subiram de cem contos em 1920 a mais de seiscentos contos annualmente, como agora. Delle tambem tira o fisco do Estado, com os impostos de industrias e profissões, territorial, transmissão de propriedade e de exportação, uma somma apreciavel com a qual avoluma os seus orçamentos.

Segundo dados que encontramos na mais moderna das mensagens publicadas (Presidencia Manoel Duarte, 1930), o municipio concorreu em 1929 com 75:039\$600 para o imposto territorial do Estado, sendo-lhe apenas superiores, dos 48 municipios fluminenses, os de Campos, Itaperuna, Padua, Valença, e Cantagallo. Para o imposto de industrias e profissões concorreu com 163:277\$100, sendo superior a arrecadação sómente em Nictheroy, Petropolis, Itaperuna e Campos.

Da riqueza agrícola de Iguassú temos tratado de um modo geral, referindo, em synthese, a sua produção.

Mas della cumpre mostrar o relevo que tomou a citricultura, agora orientada por processos modernos, scientificos e commerciaes, desde o plantio da semente até a colheita e exportação dos fructos.

A tal respeito fornecem minuciosos dados recentes publicações do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministerio da Agricultura, ora sob a habil direcção de distincto fluminense, o Sr. Dr. Arthur Torres Filho.

A cultura da laranjeira, existente desde muitos annos atraz, despertou a atenção de commerciantes da capital da Republica, que iniciaram a exportação dos fructos para o Rio da Prata, em 1886, e para S. Paulo em 1888. Estabelecida a reciprocidade da isenção de direitos aduaneiros sobre as fructas entre o Brasil e a Argentina, ao tempo de Nilo Peçanha na presidencia da Republica, embarcaram-se para Buenos Aires, via Santos, 500.000 laranjas, em 1910.

Cresceu, então, de anno para anno, em grandes proporções, a cultura da laranjeira, e, em 1927, Iguassú já exportava 46 milhões de laranjas para o Rio da Prata e 10 milhões para a Europa. Para os mercados do Rio, S. Paulo e Santos, encaminhava-se igual exportação. Esta, feita a principio a granel, passou a usar de embalagem em caixas que vinham da Europa com cebolas, e, ultimamente, em caixas do typo da California. Quanto ao preço, passou de 300 réis o cento a 800 réis, 1\$500, 2\$000 e 5\$000 e hoje as transacções de laranja escolhida vão de 10\$000 a 30\$000.

A área occupada pela citricultura é de cerca de 950 alqueires, sendo: no 1º districto, de 200 alqueires; parte de Cabussú, 100; Morro Agudo e Posse, 150; Mesquita, 50; Andrade Araujo, Prata e Belfort Roxo, 50; no 2º districto, parte de Austin, 50; parte de Cabussú, Ipiran-

ga, Marapicú e Queimados, 250; 3º, 4º e 7º districtos, 50 alqueires. Não produzem ainda 40 % dos pomares.

O numero de citricultores recenseados pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, attinge a 885, assim divididos: Nova Iguassú, 330, com 1.363.174 laranjeiras; Nilopolis, 25 e 55.700; Mesquita, 145 e 352.560; Austin, 76 e 289.510; Cabussú, 64 e 349.360; Queimados, 59 e 125.620; Belfort Roxo, 23 e 54.570; Morro Agudo, 163 e 689.150. O total de pés de laranjeira é de 3.279.824.

O maior numero de laranjeiras, 82.000, está nas Fazendas Reunidas Normandia, em Cabussú; seguindo-se Antonio de Oliveira e Irmãos, com 75.000, em Nova Iguassú.

A variedade cultivada para a exportação é a "pera", predominando a "selecta" para o consumo no paiz.

Em 1931 foram exportadas pelo porto do Rio de Janeiro 1.281.461 caixas de laranjas, das quaes 700.181 foram procedentes das seguintes zonas de Iguassú: Nova Iguassú, 319.641; Morro Agudo, 159.137; Mesquita, 93.456; Cabussú, 70.623; Austin, 57.324. A contribuição, portanto, de Iguassú foi de cerca de 55 % da exportação.

Para a selecção, beneficiamento e embalagem das laranjas destinadas á exportação ha no municipio 14 "Packing-houses", sendo 6 em Nova Iguassú; 5 em Morro Agudo e 3 em Cabussú e Austin. Dos primeiros, um pertence ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, o qual em 1931 beneficiou 97.285 caixas de laranjas.

Estimando-se em 10\$000 o custo da fructa, por caixa, excluidas as despesas com a colheita, beneficiamento, embalagem e transporte, verifica-se que, sómente a laranja destinada á exportação para o estrangeiro, representa para a economia do productor de Iguassú, sobre a base da exportação de 1931, a bella somma de réis 12.814:610\$000. Não é exaggero calcular que, com a

venda da fructa nos mercados, para consumo interno, o valor da cultura da laranja no municipio representa importancia aproximada de 20 mil contos, annualmente.

• •

Assim volve para Iguassú, sob outras formas e com diversa riqueza agricola, a antiga prosperidade rural.

Aos iguassuanos, que, embora sob a constante ameaça da malária, da opilação, e de outros males, se aferraram ao solo, não o abandonaram e tiveram como ponto de fé a resurreição de sua terra, e por ella deram o concurso do seu braço e do seu espirito, deve o municipio a sua época actual de renascimento.

Honra aos vivos e curvemo-nos, neste promissor centenário da fundação da villa de Iguassú, diante da memoria dos que, hoje, na Eternidade, a engrandeceram no passado, quer nos seus dias de fastigio, quer nos de sua adversidade.

NOTAS

O nome de Caxias, o grande general que tantas vezes conduziu o nosso exercito a victorias assignaladas na historia patria, está agora indissolivelmente ligado ao territorio de Iguassú, em cujas terras, no 6º districto (Estrella) viu a luz. E pôde o autor dar o testemunho de que o acto do interventor Plinio Casado, creando o districto de Caxias, foi da iniciativa do illustre iguassuano Sr. Dr. Manoel Reis, sempre cioso das glorias do seu torrão natal.

— Deixamos para aqui uma referencia á flora e á fauna de Iguassú, para não darmos maior extensão a esta Memoria, que já é longa. Attendemos a suggestão amavel do Dr. Manoel Reis, ex-deputado federal e ex-presidente da Camara Municipal de Iguassú, que, aliás, já tratou do assumpto em forma de contos publicados nas paginas literarias de domingo de um matutino do Districto Federal.

Reportando-nos a notas, naturalmente antigas, que nos foram obsequiosamente fornecidas, repetimos que o municipio de Iguassú teve a sua flora devastada em quasi todo seu territorio. Suas lavouras, nos tempos coloniaes, exigiram a devastação das mattas proximas para cultura de canna, e os engenhos, consumindo grande quantidade de lenha, concorreram para que ella fosse maior. Posuindo excellente zona florestal, nas zonas montanhosas, ao fundo, com os caminhos abertos para o sertão, era

dahi que se tiravam, pela proximidade do mercado consumidor, as madeiras de construcção.

Posteriormente, as olarias e o abastecimento de carvão e lenha á Capital do paiz foram completando a obra da destruição florestal, que veio até nossos dias e teve ainda um periodo intenso, quando, com a guerra europeia, a falta de carvão de pedra obrigou o uso do combustível vegetal nas vias ferreas e grandes industrias. Iguassú foi um dos grandes abastecedores de lenha e carvão ao Rio de Janeiro durante mais de cem annos: lenha e carvão feitos até com madeira de lei.

Com o desaparecimento da flora em extensas regiões, era natural que tambem a fauna se resentisse e fosse procurar outras regiões ainda silvestres. Junte-se a isso a perseguição dos caçadores...

Uma boa parte das reservas florestaes foi, entretanto, poupada ao machado e á serra desde que o governo nacional, premido pela necessidade de garantir os mananciaes das serras, adquiriu extensas propriedades. Graças a isso é que ainda se vê, nas serras da Estrella, da Taquara, do Tinguá e outras proximas, exuberante vegetação, dando uma idéa do que foram as florestas no tempo em que o transito de Minas Geraes para o Rio de Janeiro se fazia pelas montanhas em lombo de animal; e é ainda por aquelle facto que esse grande trecho da serra do Mar não apresenta o triste aspecto da faixa atravessada pela linha da E. F. Central do Brasil e sua linha auxiliar, á margem das quaes as collinas se cobriram de infindavel sapésal.

Assim, reportando-nos ao passado, diremos que nas florestas de Iguassú havia (e talvez ainda haja) excellentes exemplares da nossa flora. Prescindindo, nesta publicação, dos nomes scientificos, latinos, daremos a nomenclatura apenas por grupos de familias:

Leguminosas: — Grauna, guarabú, garapiapunha, caburahúba, araribá e varias especies de vinhatico; *Lau-*

raceas: — Canela, capitão-mór, inhahiba, tapinhoan, canela preta e sassafráz, caixeta; *Sapotaceas*: — Guapéba, guaracica, massaranduba; *Bignoniaceas*: — Ipês; *Licetrídeas*: — Sapucaia e jequitibá; *Cedrelaceas*: — Cedros de varias especies; *Meliaceas*: — Cangerana; *Cornetaceas*: — Mangue branco e merindiba; *Rhizophoraceas*: — Mangue vermelho; *Verbenaceas*: — Manguericibi; *Crythroxilas*: — Arco de pipa; *Rutaceas*: — Tinguaciba; *Euphorbiaceas*: — Urucurana.

Variada a flora medicinal:

Rubiaceas: — Ipecacuanha, quina do Rio de Janeiro; *Apocíneas*: — Pau pereira; *Euphorbiaceas*: — Mamona, andá-assú, pinhão de purga; *Leguminosas*: — Tamarindeiro, angelim amargoso, fedegoso; *Bignoniaceas*: — Caroba branca; *Similiaceas*: — Jacicanga; *Violaceas*: — Sipó sumá; *Convolvulaceas*: — Tayuyá, batata de purga; *Papayaceas*: — Jacorotiá; *Caprifoleaceas*: — Sabugueiro; *Sapindaceas*: — Timbó; *Malvaceas*: — Guaximas, vassourinhas; *Bixineas*: — Urucum; *Liliaceas*: — Baboza; *Irideas*: — Muririçô; *Aristoquias*: — Milhomens; *Solaneas*: — Fumo, estramonio, trombeteira, herva moura; *Nijetogineas*: — Herva tostão; *Verbenaceas*: — Gervão; *Nymphacaceas*: — Gigoga; *Piperaceas*: — Pariparoba.

Numerosas e variadas palmeiras, arvores e cipós forneciam fructos e folhas, casca e lenha, oleos, fibras, etc., para diversos usos, taes como a nogueira da India, o marmore branco, o pinhão, a guaxima, a piteira, a pindahúba, o tucum, a pindoba, a jussára, o andá-assú, o cipó imbé, os cipós: alho, carijó, caboclo e rego.

Nas suas terras cultivam-se feijões, guandús ou guandos, arroz, milho, aipim e mandioca, inhame, mangarito, batata doce, branca e vermelha, carás, aboboras, pepinos, maxixe, melancias, melões, ananazes, abacaxis; fructeiras como as laranjeiras, bananeiras, fructa-pão, jaca, fructa de conde, abacateiros, ameixa amarella, pes-

segueiros, mamoeiros, cajueiros, cajazeiros, mangueiras, cambucazeiros, araçazeiros, goiabeiros, grumichameiras, jaboticabeiras, jambeiros, pitangueiras, etc. — flora que não é privativa de Iguassú, mas de toda a baixada que se estende até Jurujuba. Citaremos ainda o cafeeiro, hoje raro em terras iguassuanas, a canna de assucar, o caçaueiro, o cravo e a canela da Índia, as hortaliças e legumes, em geral.

Nas mattas do municipio encontra-se excellente caça, quer de pennas quer de pelo.

Entre as aves e passaros citaremos os gaviões, corujas, sabiás, vira-bostas, anús, bem-te-vis, arapongas, baturaus, andorinhas, tiês, beija-flores, sahis, sanhassús, martin pescador, maitacas, andaias, tucanos, araçaris, picapaus, as pombas, desde a rôla até a capassoraba, jacutingas, macucos, jacús, capoeiras, nhambús; as pernaltas, como saracuras, piassocas, frangos d'agua, narcejas, marrecas de varias especies e patos bravos.

A caça de pelo fazia ou faz-se representar por macacos e saguís, a lontra brasileira, quatis, iraras, ouriço caixeiro, onça, sussuaana, gatos montez e baracaiá, gambás, caxinguelês, cotias, coelhos, preás, capivaras, porco do matto, veados, preguiças, tatús e tamanduás. Houve antas — animal que talvez já nem mesmo exista hoje em lugares mais silvestres do municipio.

São muito piscosos os rios Inhomirim e Iguassú, onde se encontram peixes de agua doce e de agua salgada, até onde esta entra com as marés cheias. Citaremos a pescada, o robalo, o merote, a tainha, o parati, o canihã, o carapeba, o cambori, o piabanha, o acará, a trahira, o paratipicú, o caximbau, etc.

Entre os vertebrados articulados mencionaremos as rãs, o jacaré, o lagarto, siris, carangueijos, ostras, etc.; os ophídios, como a jararacussú, a surucucú, a jararaca preguiçosa, a cobra limpa-mato, a coral, a carinana, e outras.

Como em outras regiões da baixada, ha abelhas, borboletas, cascudos, e grande copia de insectos.

Acreditamos que esta enumeração não esteja completa.

— Citaremos ainda entre os serviços publicos do municipio o do Matadouro em Nova Iguassú e a construção do Hospital dos Pobres, cuja pedra fundamental foi assentada em Junho de 1931 em presença dos Srs. Getulio Vargas, chefe do Governo Provisorio; Salgado Filho, ministro do Trabalho; Mario Carneiro, encarregado do expediente do Ministerio da Agricultura; Baptista Lussardo, Chefe de Policia da Capital Federal; representante do General Menna Barreto, então interventor federal no Estado, e de outras autoridades da União, do Estado, e do Municipio, achando-se á frente deste o prefeito Dr. Sebastião de Arruda Negreiros. Inaugurou-se tambem, nessa occasião, o "Packing-house" do Ministerio da Agricultura. Houve, nesse mesmo dia, missa campal, sendo o Chefe do Governo saudado, no almoço que em sua residencia lhe offereceu e á sua comitiva, pelo Sr. Manoel Reis, a quem o Sr. Getulio Vargas, em seu agradecimento, disse que Nova Iguassú devia orgulhar-se de ter um amigo e filho como elle, factor devotado e principal de seu constante progresso.

— O *Diccionario Geographico* de Moreira Pinto traz detalhes sobre a transferencia da séde da freguezia de Santo Antonio de Jacutinga para Maxambomba.

— Esta Memoria, ainda que o seu autor já possuisse numerosas notas sobre Iguassú, foi escripta e impressa em menos de vinte dias. Sirva isso de desculpa ao autor pelas omissões e outras falhas que forem notadas.